



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**NATAL
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**NATAL
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACIN - Autos de constatação e notificação de infração
BDI - Boletins de Distribuição Judicial
BDJ - Boletins de Decisão Judicial - BDJ
DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/MOS/RN – Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PEC – Plano Especial de Cargo
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
PIC - Prontuários de Identificação Criminal
PORT – Portaria
PPA – Plano Plurianual
SR – Superintendência Regional
REF – Registro Eletrônico de Frequência
RG – Relatório de Gestão
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINARM – Sistema Nacional de Armas
SINIC - Sistema Nacional de Identificação Criminal
SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos
SISCART – Sistema Cartorário
SR/DPF/RN – Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte
TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
UG – Unidade Gestora
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

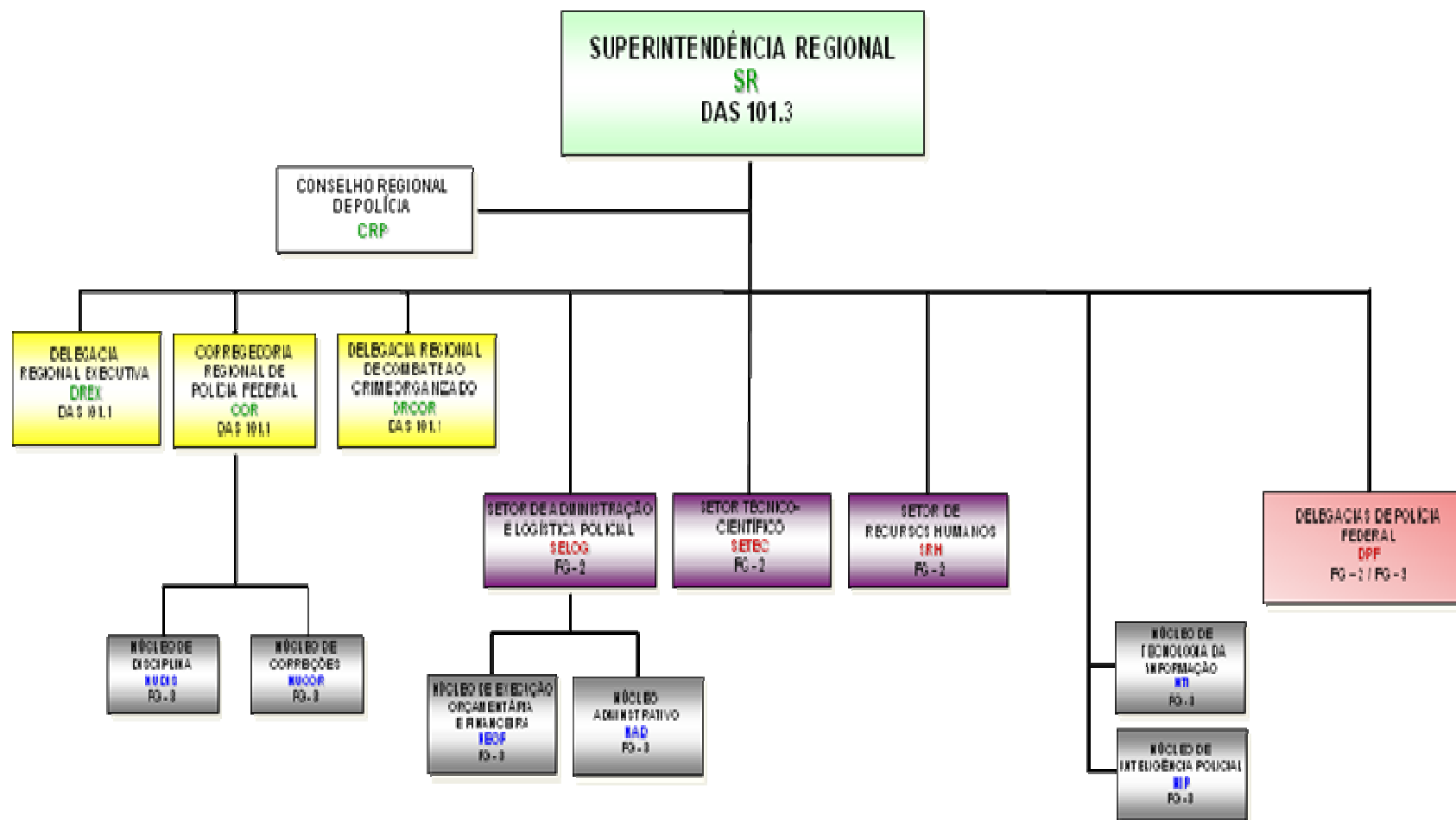
<i>I – Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107/2010</i>	<i>68</i>
<i>II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU n° 107/2010</i>	<i>69</i>
<i>III - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU n° 107/2010.....</i>	<i>69</i>
<i>IV - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU n° 107/2010.....</i>	<i>69</i>
<i>V - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU n° 107/2010.....</i>	<i>70</i>

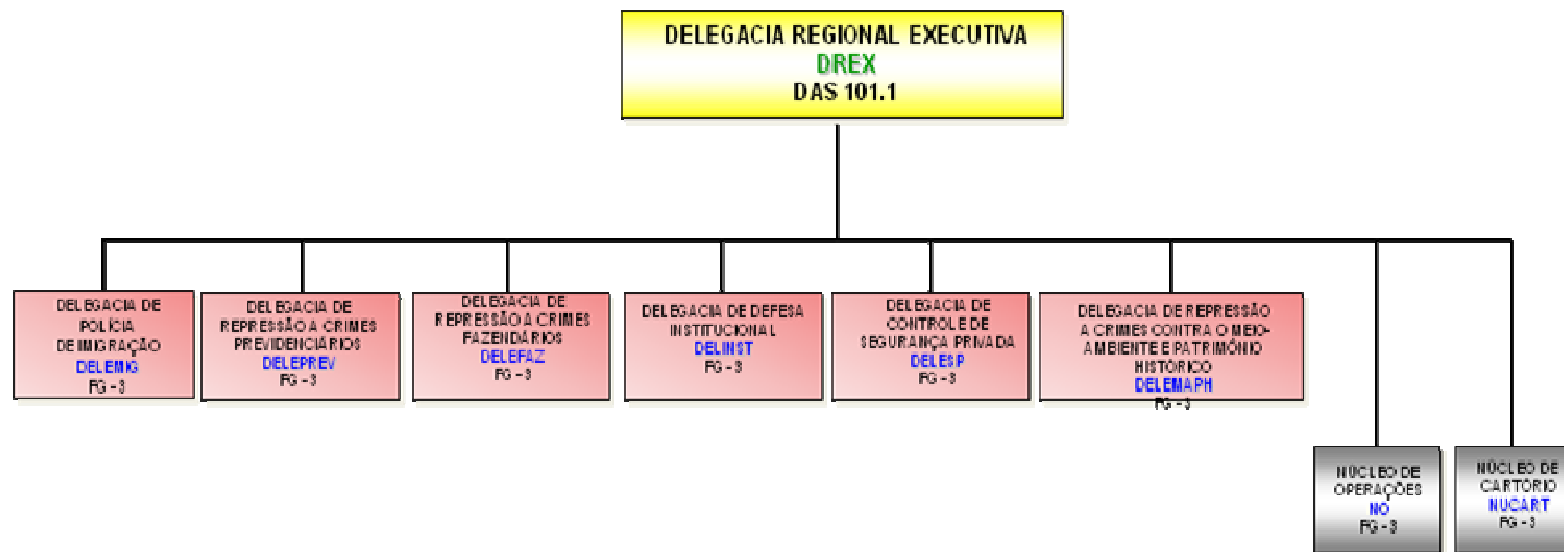
SUMÁRIO

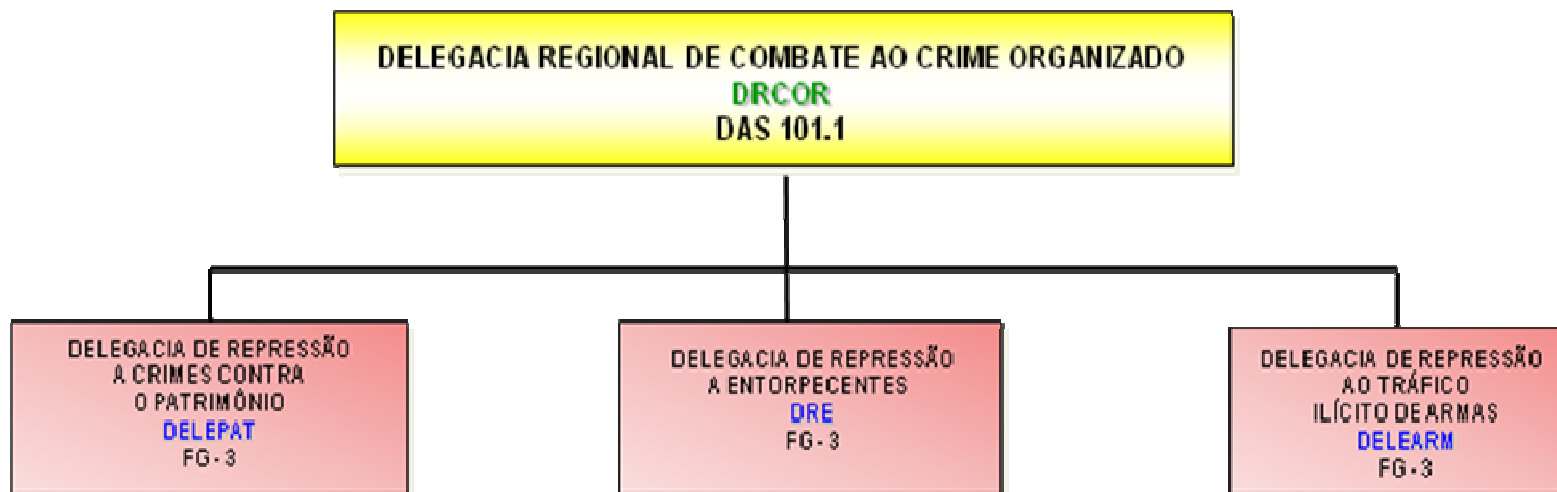
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	3
INTRODUÇÃO	11
A- CONTEÚDO GERAL	16
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	16
Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	16
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	17
2.1. <i>Responsabilidades institucionais</i>	17
2.1.1. Competência institucional	17
2.1.2. Objetivos estratégicos	18
2.2. <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	20
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	20
2.2.2. Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão ..	20
Quadro 2.2.2 – a) Prisões efetuadas no Aeroporto Internacional	23
Quadro 2.2.2 – b) Drogas apreendidas no Aeroporto	23
Quadro 2.2.2 – c) Procedimentos de polícia judiciária	24
Quadro 2.2.2.1 – a) Procedimentos Administrativos Disciplinares	26
Quadro 2.2.2.2.1 – a) Apreensões de Drogas Ilícitas em KG	27
Quadro 2.2.2.2.1 – b) Apreensões de Drogas Ilícitas em unidades	28
Quadro 2.2.2.2.2 – a) Controle e fiscalização de produtos químicos	28
Quadro 2.2.2.2.3 – a) Controle de Armas	30
Quadro 2.2.2.3.1 – a) Expedição de Passaporte e Carteiras de Estrangeiros	32
Quadro 2.2.2.3.1 – b) Controle migratório	32
2.3. <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</i>	41
2.3.1. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	41
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	41
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	42
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	43
Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	44
Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	45
Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	46
2.3.2. Execução física das ações realizadas pela UJ	47
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	47
2.4. <i>Desempenho Orçamentário/Financeiro</i>	48
2.4.1. Programação orçamentária da despesa	48
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	48
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	48
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa	49
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	49
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	49
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	50
2.4.3. Indicadores Institucionais	50
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	51
4. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	51
5. Recursos Humanos	51
5.1. <i>Composição do Quadro de Servidores Ativos</i>	51
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	51

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	52
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	52
5.2. <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	53
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	53
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	53
5.3. <i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	53
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	53
5.4. <i>Quadro de custos de Recursos Humanos</i>	54
Quadro A.5.7 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	55
5.5. <i>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	56
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	56
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	56
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	57
5.6. <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	57
6. Transferências.....	58
7. Sistema de Controle Interno	58
7.1. <i>Estrutura de controles internos da UJ</i>	58
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	58
8. Sustentabilidade Ambiental	60
8.1. <i>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	60
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	60
9. Gestão do Patrimônio Imobiliário	62
9.1. <i>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</i>	62
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..	62
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	62
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	63
9.2. <i>Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade</i>	64
10. Gestão de Tecnologia da Informação	64
10.1. <i>Gestão de Tecnologia da Informação (TI)</i>	64
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	64
11. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno	66
11.1. <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	66
11.2. <i>Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	66
11.3. <i>Recomendações do OCI atendidas no exercício</i>	66
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	66
11.4. <i>Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	66
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	67
12. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010.....	67
ANEXOS	68
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	69
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	69

ORGANOGRAMA FUNCIONAL







A Polícia Federal, órgão integrante da administração direta do Governo Federal, é vinculada ao Ministério da Justiça e tem como raízes a Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808. Posteriormente foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública por meio do Decreto-Lei nº 6378/44, e finalmente em Departamento de Polícia Federal em virtude do Decreto-Lei nº 200/1967. Hodiernamente, é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas como Unidades Gestoras, tal qual a Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional preservando a ordem, a incolumidade das pessoas e o patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabem, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precusores Químicos que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964 e Lei 12.037/2009); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, pode-se concluir que o papel desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte é contribuir com o cumprimento da missão do Departamento em nível regional, tanto como Polícia Judiciária da União, como Polícia Administrativa. Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU nº 225, de 26 de novembro de 2009, quais sejam:

- planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Mossoró-RN (DPF/MOS/RN), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;

- executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais;
- adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN.

Em adição, destacam-se abaixo as atribuições das principais unidades que compõem a SR/DPF/RN, conforme disposto na IN nº 13/2005-DG/DPF.

I - À Delegacia Regional Executiva compete:

- a) propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico;
- b) planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição, na área de atuação da Superintendência, informando o Superintendente sobre seus resultados;
- c) controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;
- d) acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência;
- e) articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;
- f) orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;
- g) distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades descentralizadas subordinadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;
- h) distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;
- i) homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;
- j) controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;
- k) controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;
- l) controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;
- m) elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão;
- n) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;
- o) controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como

propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

p) promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DIREX.

II - À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

a) distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;

b) planejar e executar o Plano de Correições;

c) decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;

d) promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;

e) determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;

f) controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;

g) decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;

h) submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;

i) promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

III - À Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado compete:

a) propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos;

b) planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas às suas atribuições, na área de atuação da circunscrição da Superintendência, informando ao Superintendente sobre seus resultados;

c) controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

d) articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

e) orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

f) distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades subordinadas descentralizadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

g) distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

h) controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos

nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

- i) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência;
- j) homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;
- k) controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;
- l) controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;
- m) controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;
- n) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;
- o) promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DCOR.

IV – ao Setor de Administração e Logística Policial compete:

- p) elaborar a proposta orçamentária, na área de atuação da Superintendência;
- q) acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
- r) promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários;
- s) planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico;
- t) orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;
- u) propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho;
- v) elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades, na área de atuação da Superintendência;
- w) adequar os diversos relatórios administrativos setoriais, tendo em vista a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Superintendência;
- x) dispor dos dados para a elaboração do Plano de Metas Anual, do Relatório Anual de Atividades e da Tomada de Contas Anual;
- y) propor a suplementação de créditos;
- z) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da COAD/DLOG.

V - Ao Setor Técnico-Científico compete:

- a) planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais;
- b) remeter ao Diretor da DITEC os resultados das atividades descritas no inciso anterior, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;

- c) colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, tendo em vista o aprimoramento e a racionalização das atividades técnico-científicas;
- d) promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica;
- e) propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres;
- f) promover a publicação e a divulgação de informativos relacionados com sua área de atuação, nas unidades descentralizadas;
- g) organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na Superintendência;
- h) expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos;
- i) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e aos Diretores do INC/DITEC e do INI/DITEC.

VI - ao Setor de Recursos Humanos compete:

- a) executar as atividades de administração de recursos humanos, na área de atuação da Superintendência;
- b) orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas à administração de recursos humanos, emanadas das unidades centrais;
- c) executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias;
- d) propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho;
- e) atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva;
- f) expedir declarações funcionais;
- g) elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias;
- h) organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal;
- i) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CRH/DGP.

VII - ao Núcleo de Tecnologia da Informação compete:

- a) executar as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de telecomunicações e informática, no âmbito da circunscrição da Superintendência;
- b) orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas às atividades de telecomunicações e informática emanadas das unidades centrais;
- c) executar, controlar e fiscalizar o emprego dos recursos de telecomunicações e informática das unidades descentralizadas;
- d) executar, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações;
- e) acompanhar, controlar e promover as atividades de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas e configurações de informática locais;

- f) efetuar os remanejamentos da infra-estrutura e componentes da rede de telecomunicações e informática, bem como a manutenção e suporte técnico da rede DPFNet;
- g) orientar, controlar e fiscalizar a execução de contratos com empresas prestadoras de serviços da área de telecomunicações e de informática;
- h) executar as atividades relacionadas com transmissão e recepção de mensagens;
- i) prestar apoio técnico em telecomunicações e informática no desenvolvimento de operações policiais, na área de atuação da Superintendência;
- j) propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
- k) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CTI/DLOG.

VIII - ao Núcleo de Inteligência Policial compete:

- a) executar as ações de inteligência, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem com apoiar as demais unidades na execução de suas ações de inteligência remetendo relatório circunstanciado ao Diretor da DIP;
- b) produzir conhecimentos de inteligência policial, bem como efetivar seu aproveitamento, tendo em vista subsidiar as decisões do Superintendente;
- c) manter, com exclusividade, canal de comunicação institucional com os órgãos regionais do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
- d) centralizar e controlar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos junto aos órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
- e) elaborar análises sobre a criminalidade, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente;
- f) coordenar o Centro Regional de Inteligência de Sinais – CRIS, fiscalizando o cumprimento das normas e diretrizes correlatas;
- g) compor a Comissão Regional de Segurança (CSR) e efetuar o credenciamento dos demais membros;
- h) manifestar-se sobre as demandas de suprimento de fundos de caráter sigiloso – verba secreta, bem como controlar o emprego dessas verbas, efetuando o arquivamento das respectivas prestações de contas;
- i) executar medidas referentes às atividades de contra-inteligência policial, em sua área de atuação, bem como orientar as de análise de dados de inteligência executadas pelas demais unidades descentralizadas;
- j) cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência e de Contra-Inteligência Policiais do DPF;
- k) produzir os conhecimentos de inteligência policial decorrentes do Plano de Inteligência e Contra-Inteligência Policiais;
- l) registrar o recebimento e a expedição, bem como processar os documentos sigilosos ou de interesse da Superintendência, mantendo um protocolo específico para controlá-los;
- m) manter materiais e equipamentos de uso e emprego controlados;
- n) ordenar, arquivar e recuperar documentos antes de seu processamento;

- o) cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia;
- p) controlar a concessão, revalidação e cancelamento da Credencial de Segurança dos servidores lotados na Superintendência;
- q) proceder às investigações de segurança de servidores designados para a atividade de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título;
- r) proceder à investigação social de candidatos, por ocasião da realização de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos;
- s) selecionar e submeter à apreciação da DIP os nomes dos servidores a serem lotados na unidade e solicitar autorização em caso de dispensa;
- t) indicar ao Superintendente servidores para estágios e cursos na área de inteligência;
- u) elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Segurança Orgânica, na sua área de atuação;
- v) implementar e consolidar o Manual de Inteligência e o Manual de Segurança da Informação da Atividade Inteligência Policial, na área de atuação da Superintendência;
- w) expedir, registrar e controlar ordens e relatórios de missão policial sobre as operações policiais de sua atribuição;
- x) enviar ao Diretor da DIP o Relatório Anual e Estatístico das ações de inteligência e o termo de transferência e inventário dos documentos sigilosos, materiais e equipamentos controlados sob sua responsabilidade.

IX - À Delegacia de Polícia Federal em Mossoró compete:

- a) planejar, controlar, apoiar e executar as operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF, no âmbito da sua circunscrição, informando o Superintendente sobre seus resultados tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;
- b) elaborar estudos sobre a incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista fixar prioridades e adotar medidas para o aperfeiçoamento do desempenho de sua logística operacional;
- c) administrar os recursos humanos e logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais;
- d) apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências e outros meios facilitadores de suas ações;
- e) cumprir as diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, no âmbito da sua circunscrição, relativas às atividades de investigação, prevenção e persecução aos crimes de atribuição do DPF que exijam repressão uniforme;
- f) propor ao Superintendente a adoção de medidas para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão policial;
- g) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual;
- h) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das operações

policiais e à incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande Norte no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG. Ademais, os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 também não se aplicam à natureza jurídica da UJ. A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010. Os itens 5 da parte b, 4, 16 e 31 da parte c, do anexo II da DN TCU nº 107/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

Conforme demonstrado no Organograma Funcional, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte está estruturada em duas (02) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Mossoró.

Dessa forma, compõem a estrutura da Superintendência Regional o **Gabinete**, composto por **quatro (04) Setores** (Setor de Comunicação Social, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e **quatro (04) Núcleos** (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira e Núcleo Administrativo), a **Delegacia Regional Executiva**, composta por nove (06) Delegacias Especializadas e três (03) Núcleos (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Núcleo Operacional, Núcleo de Cartório); a **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, composta por três (03) especializadas e um (01) Grupo, quais sejam, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, Grupo de Repressão aos Crimes Financeiros; a **Corregedoria Regional de Polícia**, composta pelos Núcleos de Correições e Disciplina; e por fim a **Delegacia de Polícia Federal em Mossoró**.

Ressalta-se, por oportuno, que com a publicação da Portaria nº 3961/MJ, de 24 de novembro de 2009, na seção 1 do D.O.U. nº 225, de 25 de novembro de 2009, entrou em vigor o novo Regimento Interno do DPF, corrigindo alguns artigos que se encontravam redigidos de forma inadequada ou com conteúdo irregular. Assim, por determinação do Senhor Diretor-Geral do DPF, exarada por meio da Mensagem Oficial-Circular nº 027/2010, foram extintos os Núcleos de Custódia da estrutura orgânica do DPF com a finalidade de adequar a polícia federal às suas atribuições constitucionais e aplicar efetivamente a Lei de Execução Penal.

Com efeito, a Polícia Federal tem como principal produto de suas ações a instauração do inquérito policial. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria). A par disso, e considerando as peculiaridades do Estado do Rio Grande do Norte, esta Superintendência Regional concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

De tal sorte, foram instaurados em 2010 oitocentos e quarenta e oito Inquéritos Policiais e concluídos mil e oitenta e dois, tendo ficado em aberto (em andamento) mil, duzentos e oitenta e nove. Essa expressiva atuação resultou na melhoria das posições ocupadas pelas unidades do DPF no RN no ranking nacional de produtividade de inquéritos policiais. Atualmente, a Delegacia de Mossoró é a descentralizada que ocupa o primeiro lugar em termos de produtividade de Inquéritos Policiais, resultado este que, somado ao desempenho da SR, eleva a Superintendência para o sexto lugar no país.

Em adição, no ano de 2010, foram lavrados setenta e três Autos de Prisão em Flagrante, os quais foram encaminhados por Policiais Federais e também por integrantes de outros órgãos de segurança. Somando-se o total de presos em flagrante e o de presos durante as operações chega-se ao número de duzentos e quatorze autuados.

As Delegacias essencialmente operacionais vinculadas a DRCOR deflagraram várias operações policiais e também diligências e prisões pontuais, resultando em cinquenta e dois traficantes presos pela DRE, apreensão de aproximadamente trezentos e noventa e um quilos de drogas ilícitas, noventa e quatro comprimidos de *Ecstasy* e dezessete pontos de LSD. Em contexto semelhante, sessenta e três criminosos foram presos pela Delepat, em sua maioria pela prática de crimes com emprego de violência como roubo e homicídio. A importância total apreendida durante as operações foi de quinhentos e dois mil, seiscentos e cinco reais e trinta e cinco centavos, com apreensão de cinquenta e um veículos e vinte e cinco armas.

Paralelamente, diversas realizações foram levadas a efeito durante o ano de 2010, com destaque para:

- aquisição de um amplo e bem localizado terreno na cidade de Mossoró, fruto de doação do DNIT, com aproximados 16 mil metros quadrados, para construção das novas dependências da DPF/MOS/RN, cujas providências administrativas já se iniciaram;
- mudança de sede da DPF. MOSSORÓ, a qual passou a funcionar em imóvel apropriado e condizente com suas atribuições, objeto de contrato de locação até que se conclua a construção da nova sede;
- desativação física e logística do núcleo de custódia, com encaminhamento de presos para o Sistema Penitenciário Estadual, conforme estabelecido em Acordo de Cooperação específico, proporcionando novos ambientes de trabalho e maior segurança por meio da construção de uma sala de contenção (processo licitatório em andamento);
- reativação do espaço destinado à área de alimentação dos servidores, com a abertura da nova lanchonete, vencedora de certame licitatório;
- aquisição de nova e moderna central telefônica, com conseqüente melhoria no atendimento ao público externo (secretária eletrônica e *call center*), além de diminuição de custos;
- instalação de guarda-corpo no muro limítrofe entre os prédios da SR e do TRT, objetivando evitar acidentes ou sinistros diversos;

- distribuição de vagas no estacionamento interno para todas as chefias, bem como, sinalização de disponibilidade de vagas específicas para o público externo (idosos, cadeirantes, viaturas oficiais, OAB);
- manutenção da cobertura externa para veículos pertencente aos servidores desta SR;
- emprego de ações preventivas e corretivas relacionadas ao complexo sistema de ar condicionado da SR/DPF/RN, exigindo a aquisição e troca de vários equipamentos e peças, além da presença de vários profissionais especializados;
- instalação total da base INTEGRAPOL, a qual se encontra operando no Estado e que em breve figurará como central para quatro outras Superintendências;
- melhorias físicas no prédio ocupado pelo NOIP, nas duas salas utilizadas pela Polícia Federal no Aeroporto desta capital, e no edifício sede desta SR, especialmente em relação à resolução/conserto de todos os sensores/acionamentos da SR, substituição de chave de fluxo (sistema de combate a incêndio), pintura da fachada e de todos os ambientes comuns e subsolo, troca das baterias do gerador; substituição de *no-break*, substituição das baterias de todas as saídas de emergência, manutenção e instalação de diversas câmeras de segurança, transferência de equipamentos de segurança (*rack's – data center*), conserto/manutenção da porta giratória, e manutenção/limpeza da subestação;
- aquisição/recebimento de novos computadores, *no-breaks*, equipamentos de vídeo conferência, *palm tops* e outros equipamentos ligados a tecnologia da informação; equipamentos eletrônicos fornecidos pelo Serviço Secreto dos EUA para emprego nos chamados delitos cibernéticos; equipamentos modernos para utilização na detecção simultânea de drogas (espectrômetro portátil), os quais terão grande valia, principalmente, nas diligências realizadas no aeroporto local; duas viaturas equipadas para emprego na área pericial e na área de combate ao tráfico; e roupas ostensivas para uso operacional;
- ingresso de medidas judiciais e administrativas para solucionar os transtornos advindos da falta de espaço para armazenar e guardar os veículos apreendidos;
- manutenção e acompanhamento permanente do Selog em relação aos contratos mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção predial, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc;
- instalação de um caixa de atendimento eletrônico da CEF no interior desta Unidade, objetivando melhor atendimento ao público interno e externo;
- realização de dezenas de cursos e treinamentos para os servidores desta Superintendência;
- implemento de ações e medidas relacionadas à saúde dos servidores: atuação ativa do S.A.M, SRH, Assistência Social e do Núcleo de Educação Física, realização de cursos e palestras específicas, campanhas de vacinação, prática desportiva, semana da ANP Saúde, SIAISS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidores) e exames médicos obrigatórios;
- homenagem feita a servidores (escolha democrática: os dois mais votados), bem como agradecimento simbólico aos cinco policiais mais antigos em atividade nesta Regional, sacramentado em frente ao prédio desta sede por meio do plantio de cinco árvores nativas;
- reciclagem dos policiais em relação ao manuseio e uso de armas de fogo, através do S.A.T., bem como de emprego de bastão retrátil e técnicas de imobilização, ministrado por instrutor da A.N.P;

- publicidade interna dos setores através do projeto Conhecendo Nossa Casa, onde os próprios integrantes das equipes apresentam os respectivos ambientes de trabalhos, atribuições e objetivos, além de outras nuances que entenderem apropriadas;
- readequação contínua das Delegacias e Setores, com distribuição mais equânime de servidores entre as equipes, de modo a permitir que todas as frentes sejam trabalhadas (tanto operacional quanto administrativa), priorizando-se a distribuição de matérias por especialidade (DREX e DRCOR);
- simplificação da escolha do período de férias, por meio da utilização do sistema E-GP; melhoria da celeridade do ressarcimento das despesas médicas, destacando-se entre as congêneres;
- aplicação do Plano de Melhoria de Gestão por meio da adesão à GESPÚBLICA;
- criação do Grupo de Pronto Intervenção – GPI, integrado por policiais voluntários que frequentaram curso ministrado pelo C.O.T, habilitando-os a enfrentar situações operacionais mais sensíveis;
- criação do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - GPRED, com grande aceitação interna (cerca de vinte voluntários) e reconhecimento da sociedade potiguar;
- implementação da Unidade Especial de Repressão aos Desvios de Recursos Públicos - UDRP para fazer frente a este tipo de crime, com repercussão positiva, em especial após o desfecho da Operação Via Ápia (DNIT);
- atuação preventiva da Corregedoria local, principalmente no que se refere a correições ordinárias e parciais de expedientes policiais, com substancial melhoria na qualidade dos Inquéritos Policiais;
- melhoria da posição do Setor Técnico Científico – SETEC no ranking nacional de conclusão de laudos periciais, figurando entre os primeiros colocados (critério de expedientes por peritos); e do Núcleo de Identificação - N.I.D, que está entre os quatro mais bem posicionados no ranking do país no quesito “mensuração de expedientes por policiais”;
- atuação exemplar e pedagógica da Polícia Federal nas eleições deste ano, conforme manifestação do T.R.E e de outros segmentos da sociedade;
- apoio permanente a diversos órgãos públicos federais, particularmente através do NO, em especial ao IBAMA, Justiça Federal, SPU e DEPEN;
- atuação como laboratório/projeto piloto para a criação da Unidade de Controle Interno – UCI/RN/DPF no âmbito do Departamento de Polícia Federal;
- incremento de ações para efetivar acordos de cooperação com outros Órgãos Públicos (Forças Armadas, Tribunal de Justiça, Junta Comercial e Sistema Penitenciário);
- melhoria constante no relacionamento com todos os Órgãos Públicos que mantêm contato com a Polícia Federal, tanto em relação a atos de Polícia Judiciária, quanto administrativa (dentre eles, Poder Judiciário Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual, Sec.Segurança, Sec.Justiça, OAB, CGU, TCU, Receita Federal, AGU, UFRN, Forças Armadas, Forças de Segurança, ABIN, IBAMA,SPU, imprensa, CEF, Banco do Brasil, etc.);
- criação de várias comissões para acompanhar o bom desempenho de atividades internas e externas (produtos químicos, inventário, doação de bens, supervisão do trabalho de estagiários, contratos, etc.).

Finalmente, para o ano de 2011 a estratégia de atuação desta Superintendência priorizará a área de defesa institucional, ao tráfico de pessoas, de exploração sexual, bem como à pornografia

infantil. Além disso, continuarão sendo foco de atuação desta SR/DPF/RN as operações de combate ao tráfico de entorpecentes, aos crimes financeiros, aos desvios de dinheiro público, com atenção especial ao combate aos crimes ambientais.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
 QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
<i>Poder: Executivo</i>			
<i>Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça</i>			<i>Código SIORG: 316</i>
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<i>Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte</i>			
<i>Denominação abreviada: SR/DPF/RN</i>			
<i>Código SIORG: 1155</i>	<i>Código LOA: Não se aplica</i>		<i>Código SIAFI: 200086</i>
<i>Situação: ativa</i>			
<i>Natureza Jurídica: Órgão Público</i>			
<i>Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública</i>			<i>Código CNAE: 8424-8/00</i>
<i>Telefones/Fax de contato:</i>	<i>(84)3204-5602.</i>	<i>(84) 3204-5509.</i>	<i>(84) 3204-5604 fax.</i>
<i>E-mail: gab.srrn@dpf.gov.br e selog.srrn@dpf.gov.br</i>			
<i>Página na Internet: http://www.dpf.gov.br</i>			
<i>Endereço Postal: Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59064-250</i>			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/RN: Portaria 184, de 19/04/65 – Cria a Sub-Delegacia Regional, BS nº 081, de 04/05/65.			
Decreto 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72, Transformada em Divisão.			
Portaria 039, de 17/03/75, publica no BS nº 052, de 18/03/75. Elevada para Superintendência Regional.			
FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
<i>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>		
200394	<i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte (Tesouro)</i>		
200395	<i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte (FUNAPOL)</i>		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>		
0001	<i>Tesouro Nacional</i>		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>		<i>Código SIAFI da Gestão</i>	
200394		0001	
200395		0001	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. Responsabilidades institucionais

2.1.1. Competência institucional

A Polícia Federal, órgão integrante da administração direta do Governo Federal, é vinculada ao Ministério da Justiça e tem como raízes a Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808. Posteriormente foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública por meio do Decreto-Lei nº 6378/44, e finalmente em Departamento de Polícia Federal em virtude do Decreto-Lei nº 200/1967. Hodiernamente, é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas como Unidades Gestoras, tal qual a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte - SR/DPF/RN.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional preservando a ordem, a incolumidade das pessoas e o patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabem, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964 e Lei 12.037/2009); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, pode-se concluir que o papel desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte é contribuir com o cumprimento da missão do Departamento em nível regional, tanto como Polícia Judiciária da União, como Polícia Administrativa. Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU nº 225, de 26 de novembro de 2009, quais sejam:

- planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;

- administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Mossoró-RN (DPF/MOS/RN), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais;
- adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN.

2.1.2. Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isto decorre do entendimento que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apóiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários – histórias sobre a forma que o mundo pode assumir –, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis. Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e pontos fracos que ela traz consigo podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem ser formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los.

A partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:
 - I – Histórico;
 - II – Negócio;
 - III – Missão;
 - IV – Visão;
 - V – Valores;
 - VI – Fatores Críticos de Sucesso;
 - VII – Políticas Corporativas;
 - VIII – **Macro Objetivos;**
 - IX – **Objetivos Institucionais;** e
 - X – Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, composto de:
 - I – **Objetivos Institucionais**; e
 - II – Ações Estratégicas.
- Mapa Estratégico, composto de:
 - I – Missão;
 - II – Visão;
 - III – Perspectivas;
 - IV – **Macro Objetivos**;
 - V – **Objetivos Institucionais**, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
 - VI – Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

Entretanto, durante os dez primeiros meses de 2010, os objetivos da Polícia Federal estavam representados unicamente em seu Plano Estratégico. Nesse descortino, para efeito do período abrangido por este Relatório de Gestão, os objetivos estratégicos do DPF são:

1. Adequação dos recursos humanos

Descrição: Adequação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos do DPF ao desempenho de suas atribuições legais.

2. Organização dos recursos materiais

Descrição: Organização dos recursos materiais do DPF, adequando-os à sua funcionalidade institucional.

3. Compatibilização da estrutura organizacional do DPF com os seus processos

Descrição: Compatibilizar a estrutura organizacional do DPF com os seus processos, buscando a excelência, celeridade e efetividade, maximizando os recursos disponíveis, de modo a obter os melhores resultados.

4. Divulgação, promoção e defesa institucional

Descrição: Divulgação da missão, valores e resultados do trabalho do DPF, junto aos públicos interno e externo, adequando qualitativa e quantitativamente sua sistemática à sua destinação legal.

5. Ordenação dos recursos financeiros

Descrição: Ordenação qualitativa e quantitativa dos recursos do DPF ao seu planejamento orçamentário e financeiro.

6. Cooperação com instituições e organismos nacionais e internacionais

Descrição: Promover ações de cooperação com instituições e órgãos parceiros, nacionais e estrangeiros.

7. Aproveitamento dos recursos de C&T

Descrição: Melhor aproveitamento dos recursos científico-tecnológicos disponíveis, fortalecendo o DPF no desempenho de suas atribuições legais.

8. Manutenção e atualização do Plano Estratégico

Descrição: Envidar os esforços necessários, a fim de manter e atualizar o Plano Estratégico do DPF.

9. Implantação da Gestão de Qualidade Total - GQT

Descrição: Fazer do DPF um modelo de gestão pública, reduzindo, simplificando, melhorando e informatizando todos os processos administrativos internos, bem como os associados à prestação de serviços ao público.

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Vide relatório de gestão do DPF.

2.2.2. Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Para o cumprimento de sua missão institucional, a Polícia Federal conta com Unidades Centrais, que são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado. O planejamento e a execução das operações nas superintendências são desenvolvidos obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais, tendo sido priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública e com outras áreas de governo, notadamente no campo da inteligência policial.

No exercício de 2010, a atuação da Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas. Também integra o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade.

Outro ponto relevante diz respeito à atividade de Polícia Judiciária, na qual foram dispensados esforços no intuito de cumprir a meta de 120 inquéritos relatados para cada 100 instaurados. Conforme já relatado, a Delegacia de Mossoró alçou ao primeiro lugar no país no quesito de produtividade de Inquéritos Policiais, resultado de um trabalho de conscientização junto às autoridades policiais para priorizarem os IPL's mais antigos e intensificar as diligências nos procedimentos, visando relatá-los no menor tempo possível.

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pela Direção-Geral, a SR/DPF/RN manteve a intensificação e aprimoramento de suas atividades, implementando políticas de melhoria da qualidade dos serviços e de redução de despesas, apresentando os seguintes resultados das ações referentes ao ano de 2010:

Principais Operações Policiais Desencadeadas

	PERÍODO	NOME DA OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
1.	Agosto	GISÉ	Mossoró	Investigar fraude de concurso de prognóstico (venda premiada).	Foram cumpridos 08 mandados de Busca e 01 de Prisão.
2.	Novembro	VIA ÁPIA	Natal/RN	Desarticular uma quadrilha ligada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de	Foram cumpridos nove Mandados de Buscas (08 no RN e 1 em PE), um Mandado de

				Transportes (DNIT-RN) que promovia o desvio de recursos públicos destinados a duplicação da BR-101, no trecho entre a cidade de Arês/RN até a divisa com a Paraíba.	Condução Coercitiva e seis Prisões Temporárias. Foram apreendidos 10 mil dólares, 900 euros e aproximadamente 258 mil reais.
3.	Out/08 a fev/10	OPERAÇÃO RICHTER	João Câmara e Poço Branco-RN	Investigar quadrilhas que fraudava m benefícios nas APS's daqueles municípios	Cumpridos 12 mandados de prisão e 17 mandados de busca e apreensão
4.	Novembro/2009 a fevereiro/2010	OP. MONTANHAS	Montanhas e Pedro Velho/RN	Desarticular quadrilha de assaltantes	9 prisões preventivas, 3 armas apreendidas, 14 MBA
5.	Janeiro a março	OP. SÃO JORGE	Natal	Investigação de furto	1 prisão em flagrante, 1 MBA
6.	Dezembro a agosto	OP. HOT TRACK	Natal e Nísia Floresta/RN	Desarticular quadrilha de assaltantes	5 prisões em flagrante, 2 armas apreendidas, representação por 6 prisões preventivas (ainda não decidida pela Justiça)
7.	Abril a setembro	OP. JF_02	Natal/RN	Investigação de roubo	1 prisão preventiva, 2 MBA, 2 armas apreendidas
8.	Abril a setembro	OP. CAÇADOR	Natal, Assu, Baraúna e S.	Desarticular quadrilha de	9 prisões, 10 armas apreendidas

			G. do Amarante/RN	assaltantes	
9.	Fevereiro a dezembro	OP. PIRATAS DO SERTÃO	Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará	Desarticular quadrilha de assaltantes de cargas	26 prisões em flagrante, 12 prisões preventivas, 5 MBAs, 10 cargas recuperadas, 14 veículos apreendidos
10.	03/09/2009 18/08/2010	PARADISO	Natal/RN	Tráfico de drogas	Instauração do IPL 722/2010 pelo GFIN para investigar Crime de Lavagem de Dinheiro
11.	19/01/2010 12/04/2010	MARRAFA	Natal/RN	Tráfico de drogas	Prisão dois traficantes e apreensão de 2,3kg de crack – IPL 127/2010
12.	07/12/2009 19/08/2010	PIRASSU	Natal/RN	Tráfico de drogas	Lavratura de 13 autos de prisão em flagrante Apreensão de 91kg de crack, 122kg de maconha e prisão de 28 pessoas
13.	24/06/2010 10/01/2011	SKIPPER	Brasil e exterior	Tráfico de drogas internacional	Prisão de 02 indivíduos, apreensão de 30 kg de Cocaína e de um veleiro em Cabo Verde
14.	26/08/2010 Em andamento	JURUÁ	Natal/RN	Tráfico de drogas	Prisão dois traficantes e apreensão de 400g de cocaína – IPL 904/2010
15.	10/11/2010 Em	MACAMBIRA	Interestadual	Tráfico de drogas	Prisão dois traficantes e

	andamento				apreensão de 74kg de maconha e 13kg de crack – IPL's 920 e 921/2010
--	-----------	--	--	--	---

Além das operações constantes do quadro acima, merecem destaques as prisões realizadas no Aeroporto Internacional Augusto Severo em razão de tráfico internacional de drogas, no qual são utilizadas pessoas conhecidas como “mulas” para transportarem a droga até países da Europa e África, estando entre os presos brasileiros, espanhóis, holandeses, romenos, alemães, africanos, portugueses e austríacos.

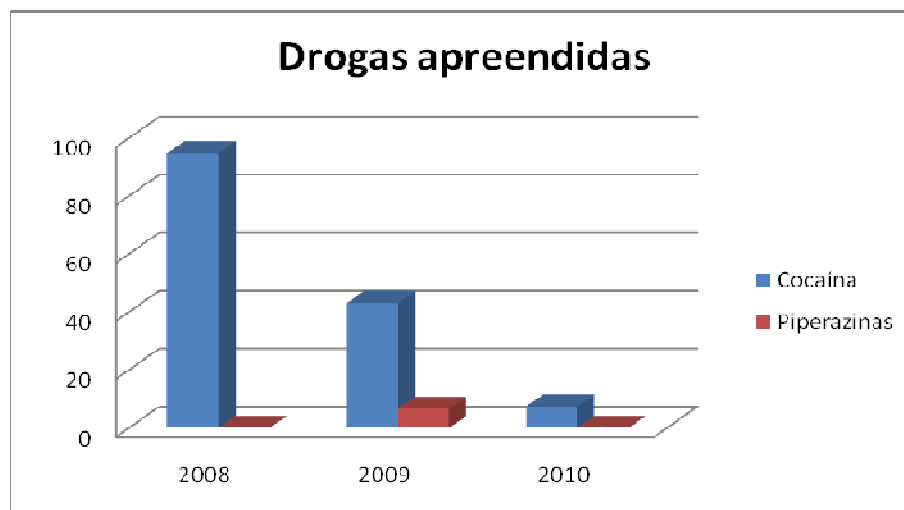
QUADRO 2.2.2 – A) PRISÕES EFETUADAS NO AEROPORTO INTERNACIONAL

PRESOS	2008	2009	2010
<i>Brasileiros</i>	04	04	00
<i>Estrangeiros</i>	13	17	03
Total	17	21	03



QUADRO 2.2.2 – B) DROGAS APREENDIDAS NO AEROPORTO

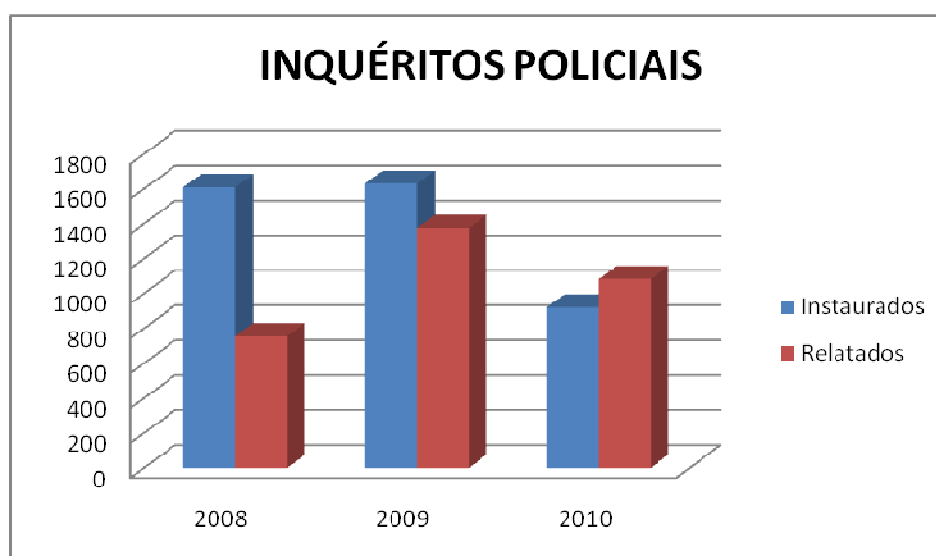
Droga Kg	2008	2009	2010
Cocaína	94,855	43,089	7,37
Piperazinas	-	6,61	-
Total	94,855	49,699	-

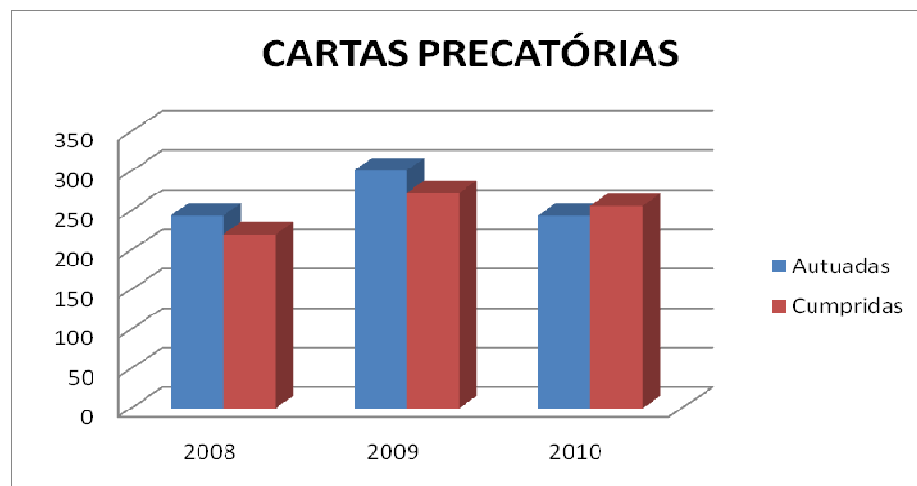
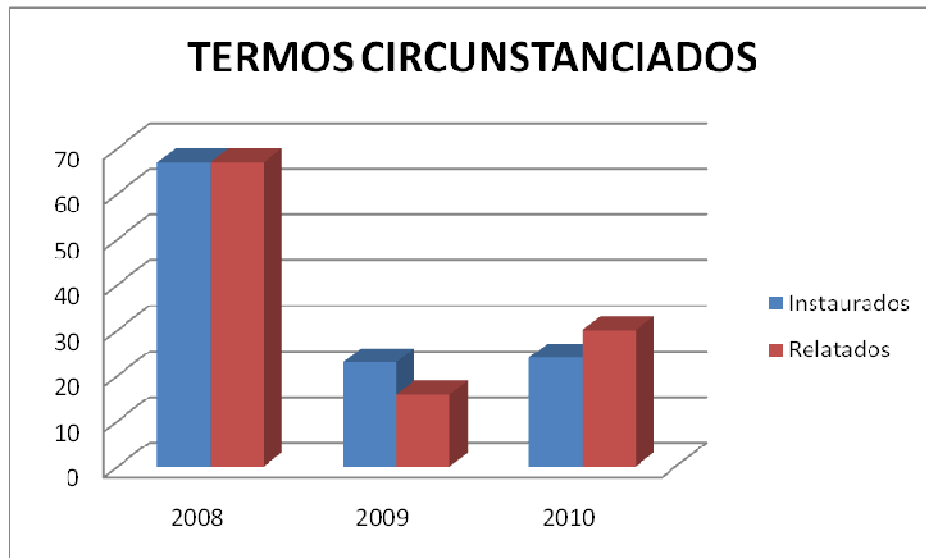


Obs: Os 6,61 Kg de Piperazina correspondem a 21.145 (vinte e um mil, cento e quarenta e cinco) comprimidos.

QUADRO 2.2.2 – C) PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Inquéritos Policiais Instaurados	1608	1630	921
Inquéritos Policiais relatados	755	1375	1082
TCO's Instaurados	67	23	24
TCO's Relatados	67	16	30
Precatórias Autuadas	244	301	244
Precatórias Cumpridas	220	273	256





2.2.2.1. Análise do desempenho da Corregedoria Regional

Durante o ano de 2010, a Corregedoria Regional realizou diversas ações de Polícia Judiciária objetivando maximizar a produtividade desta Superintendência, destacando-se

- a) saneamento dos expedientes pendentes de análise no âmbito da COR;
- b) atualização do SINPRO e SISCART;
- c) saneamento do Setor de Depósito;
- d) feitura das correções parciais nos procedimentos policiais;
- e) desativação do Setor de Custódia;
- f) centralização das cartas precatórias em uma única autoridade policial;
- g) atingimento (aproximado) da meta de 120% de inquéritos relatados/instaurados, com destaque para a DPF/MOS/RN;
- h) reuniões com o MPF para discussão de assuntos atinentes a procedimentos policiais, visando à otimização dos trabalhos de polícia judiciária;
- i) apoio ao TRE/RN no curso do pleito eleitoral;
- j) contatos constantes com o MPF, JE e JF visando a busca de solução para a questão dos veículos apreendidos;

- k) constituição de diversas CPD's visando à otimização dos trabalhos de natureza administrativo-disciplinar;
- l) saneamento dos sistemas SAD e CGU/PAD;
- m) saneamento dos expedientes pendentes de análise no âmbito do NUDIS.

Entretanto, para a realização de alguns objetivos, surgiram entraves que estão sendo mitigados, conforme abaixo aduzido:

a) ausência de respostas rápidas dos órgãos públicos envolvidos quanto a uma solução definitiva para a questão dos veículos apreendidos. Na data de feitura deste Relatório, esta Regional encontrava-se em negociações avançadas relativas à cessão não onerosa de espaço físico pertencente à Secretaria de Segurança Pública do Estado, visando à solução da problemática da guarda dos veículos;

b) ausência de efetivo para a composição de mais forças-tarefa visando à conclusão de procedimentos específicos, tais como aqueles de natureza eleitoral, os IPL's mais antigos etc. Foi possível, dentro das limitações da SR/DPF/RN, dar apoio à DPF/MOS/RN, o que reduziu sensivelmente o número de procedimentos policiais em andamento;

c) ausência de servidor para encaminhamento de material (IPL's, bens apreendidos, expedientes diversos) à Justiça, Ministério Público e outros órgãos, sendo tal atribuição realizada pelo Escrivão do NUCOR, prejudicando, assim, os trabalhos correicionais desenvolvidos por aquele Núcleo;

d) ausência de servidores voluntários para integração de CPD's;

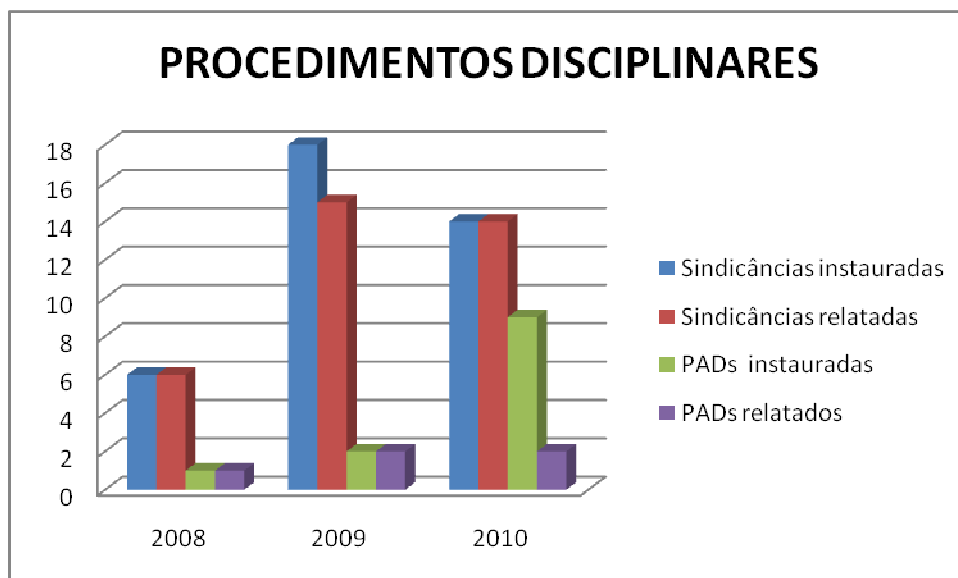
e) ausência, por parte de membros de CPD's, de maior conhecimento acerca de assuntos atinentes ao direito administrativo-disciplinar;

f) inclusão de integrantes de CPD's em missões policiais.

Por fim, esta Regional está empreendendo esforços no sentido concretizar os objetivos que não foram alcançados, buscando uma solução definitiva para a questão dos veículos apreendidos; formando forças-tarefa visando à conclusão de procedimentos policiais específicos; fazendo gestões para capacitação de servidores para atuação em determinados tipos de procedimentos policiais (especialização) e para atuação com procedimentos policiais administrativos; e buscando o aumento do efetivo desta Regional.

QUADRO 2.2.2.1 – A) PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Sindicâncias Instauradas	06	18	14
Sindicâncias Relatadas	06	15	14
PADs Instaurados	01	02	09
PADs Relatados	01	02	02

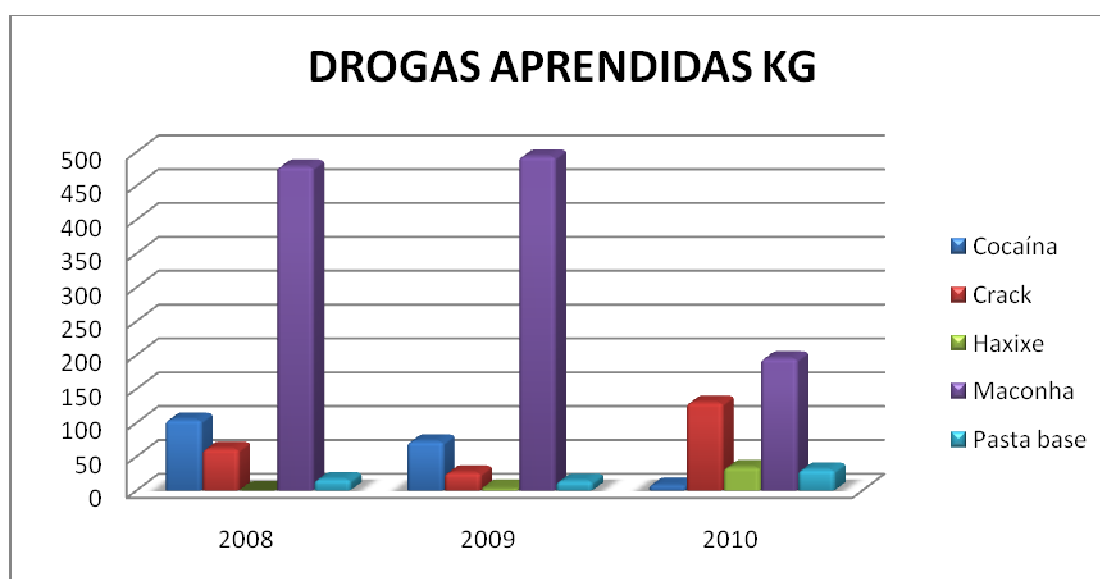


2.2.2.2. Análise do desempenho da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

2.2.2.2.1. Análise do desempenho da Delegacia de Repressão a Entorpecentes

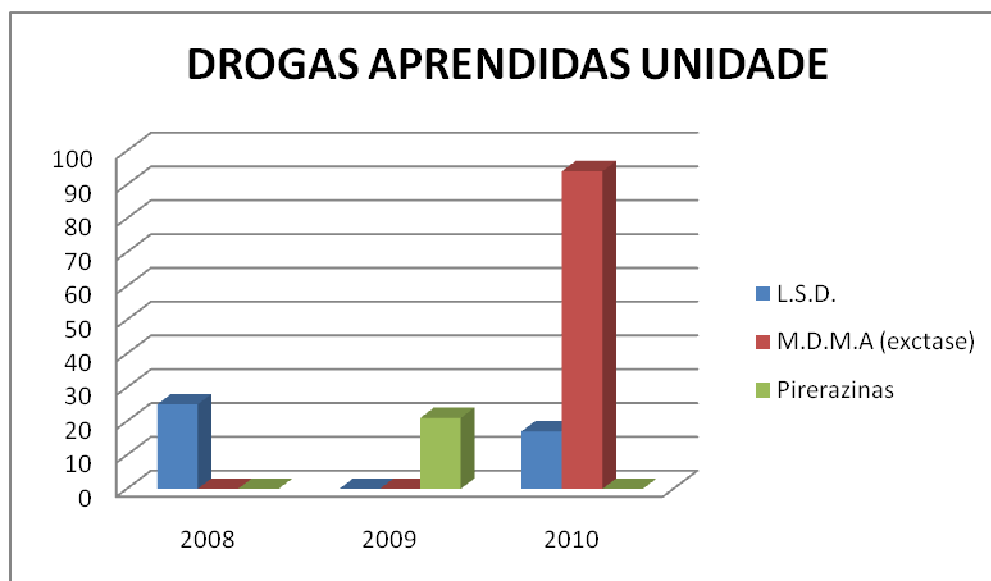
QUADRO 2.2.2.2.1 – A) APREENSÕES DE DROGAS ILÍCITAS EM KG

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Cocaína (Kg)	104,374	72,29	7,84
Crack (Kg)	61,489	26,365	129,84
Haxixe (Kg)	-	3,96	34,39
Maconha (Kg)	478,386	493,475	195,13
Pasta Base (Kg)	16,496	14,223	30,70



QUADRO 2.2.2.2.1 – B) APRENSÕES DE DROGAS ILÍCITAS EM UNIDADES

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
L.S.D. (UN)	25	-	17
M.D.M.A. (UN) – <i>Exctase</i>	-	-	94
PIPERAZINAS	-	21,145	-



Esta Delegacia atuou principalmente no combate ao tráfico interestadual de drogas, ressaltando os trabalhos realizados na Operação Pirassu, a qual foi responsável pela apreensão de cerca de 92kg de CRACK, 120kg de Maconha e na prisão de 27 traficantes.

Cabe salientar que SR/DPF/RN apoiou as operações realizadas por meio do fornecimento de equipamentos e recursos para a realização das investigações. Não obstante, os trabalhos seriam realizados com maior eficiência se houvesse uma maior disponibilidade de servidores recrutados de outras unidades para compor a equipe desta Delegacia nos trabalhos investigatórios. Ademais, outra dificuldade encontrada para realização dos objetivos foi a falta de servidores para trabalhar fora do horário regular de expediente, recurso necessário à continuidade das investigações.

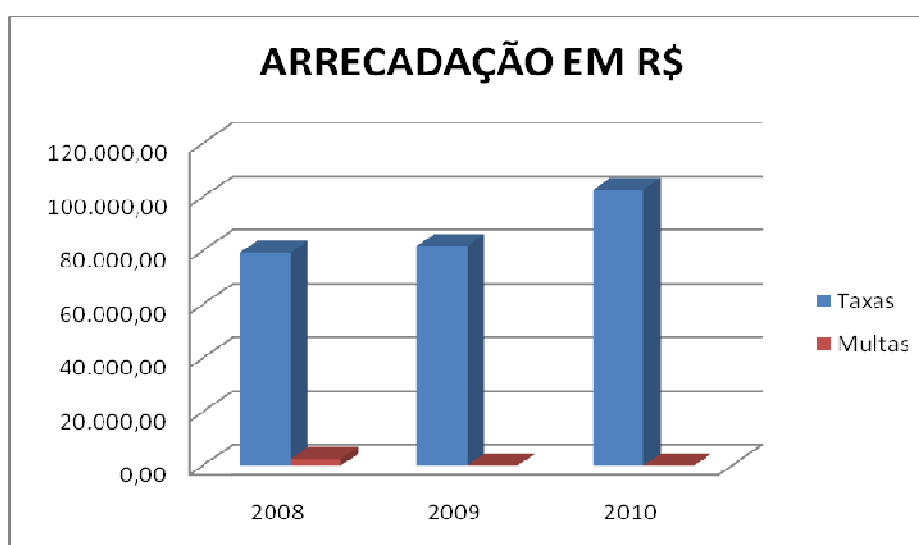
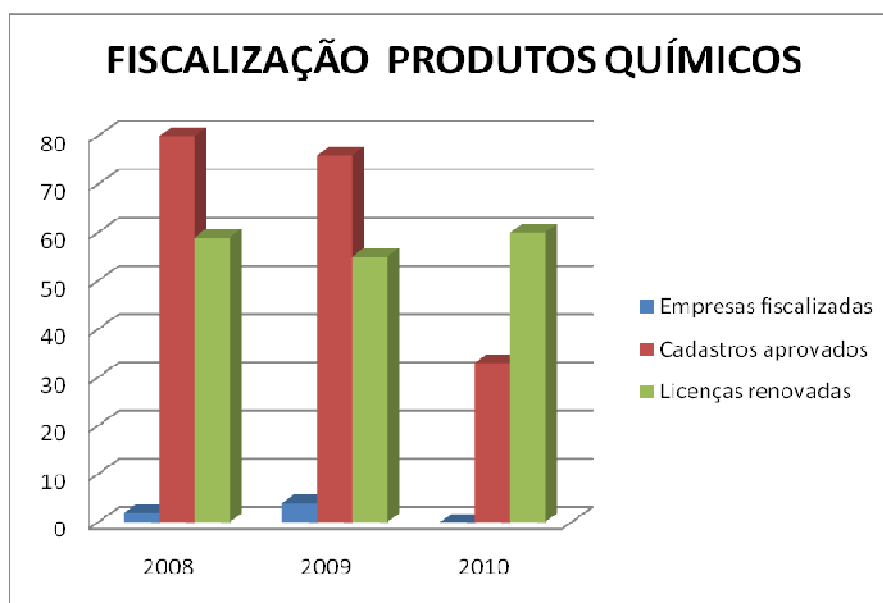
A fim de mitigar tais dificuldades, entende-se necessário:

- rever os procedimentos de recrutamento e remoção de recursos humanos;
- fortalecer a escala de sobreaviso desta unidade;
- aumentar o efetivo dos APF's lotados nesta Delegacia;
- limitar os IPL's dos DPF's desta Delegacia para matérias concernentes a tráfico de entorpecentes;
- obter apoio permanente de outras unidades no sentido de disponibilizar servidores policiais para realizarem missões específicas.

2.2.2.2.2. Análise do desempenho relativo ao controle e fiscalização de produtos químicos

QUADRO 2.2.2.2.2 – A) CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Empresas Fiscalizadas	02	04	-
Cadastros Aprovados	80	76	33
Licenças Renovadas	59	55	60
Valores Arrecadados – Taxas (R\$)	79.400,00	81.800,00	102.850,00
Valores Arrecadados – Multas (R\$)	2.600,00	-	-



A Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à

elaboração ilícita de entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, atribuiu ao Departamento de Polícia Federal o controle e a fiscalização desses precursores. Nesse diapasão, e conforme demonstrado na tabela constante do item 13.4, as principais ações desenvolvidas referem-se à aprovação de cadastros, renovação de licenças e fiscalização de empresas que atuem na fabricação, produção, armazenamento, transformação, embalagem, compra, venda, comercialização, aquisição, posse, doação, empréstimo, permuta, remessa, transporte, distribuição, importação, exportação, reexportação, cessão, reaproveitamento, reciclagem, transferência e utilização de tais produtos.

Por seu turno, e conforme a disposição inserida no artigo 220 da Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, cabe à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas ao controle e fiscalização sobre produtos químicos. Não obstante as determinações legais, urge salientar que devido a insuficiência de recursos humanos não foi possível realizar a atividade de fiscalização de empresas no ano de 2010, priorizando-se o pronto atendimento ao público, o saneamento das demandas pendentes e a abordagem preventiva.

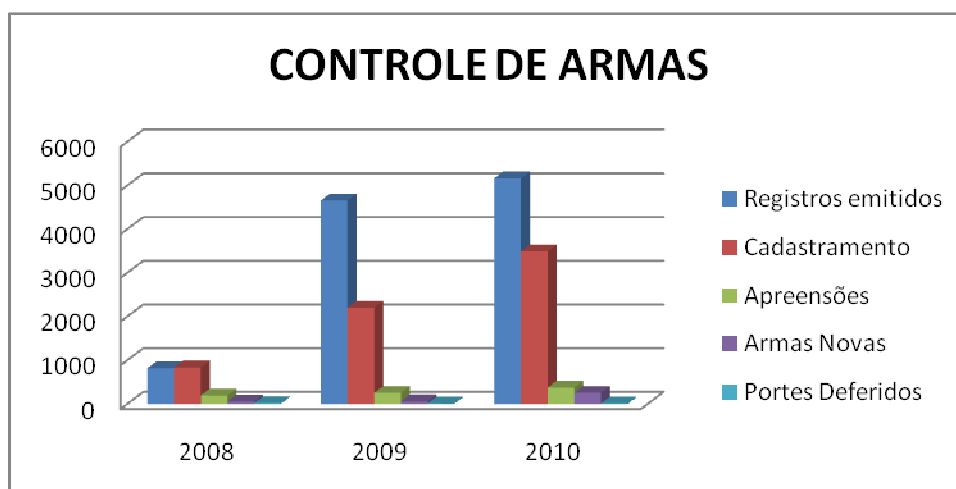
Finalmente, diante da inadequação de recursos humanos, entende-se oportuno realizar gestões no sentido de fortalecer o quadro de pessoal, capacitar servidores para atuarem na sobredita fiscalização, bem como aprimorar os sistemas informatizados.

2.2.2.2.3. Análise do desempenho da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas

QUADRO 2.2.2.2.3 – A) CONTROLE DE ARMAS

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Registros Emitidos	816	4.654	5.162
Cadastramentos	833	2.199	3.488
Apreensões	191	250	374
Armas Novas	54	56	251
Portes Deferidos	17	08	09

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)



As principais ações desenvolvidas, durante o ano de 2010, foram aquelas inerentes a

Campanha do Desarmamento, quais sejam: recolhimentos de arma e cadastramento (passivo encaminhado extemporaneamente pelo Correios), além de instrução de pedidos de aquisição e/ou transferência de armas e pedido de Porte Federal.

Também foram emitidos diversos pareceres jurídicos dentro da atribuição da DELEARM, seja para subsidiar a COR/DPF/RN, seja para subsidiar o GAB/DPF/RN.

Além disso, foram conferidas entrevistas em programas televisivos de grande veiculação (Jornal RNTV-TvCabugi/Globo e Momento Jurídico-TvPotengi/Band).

Observando os números acima, podemos constatar que:

- A quantidade de registros das armas apreendidas cresce cerca de 30% ao ano em virtude de paulatinamente estarmos conscientizando e cobrando que outros órgãos que atuam na Segurança Pública forneçam a adequada informação;
- Em 2010 foram cadastradas 3488 armas na campanha do desarmamento (apesar de o Estatuto permitir o cadastramento apenas até 31/12/2009), pois, em virtude grande demanda ocorrida no último ano para recadastramento (2009), ficaram represados muitos procedimentos para serem processados no ano de 2010. Saliente-se que, em menor escala, ainda recebemos procedimentos para recadastramento oriundo dos Correios que, embora recebidos extemporaneamente, foram protocolados naquele órgão antes de 31/12/2009;
- O enorme incremento na quantidade de registros emitidos se deu, provavelmente, em virtude do recadastramento represado da Campanha do Desarmamento aliado ao fato de que desde que Lei estabeleceu a obrigatoriedade dos registros federais se passaram 6 anos e, como os registros vencem a cada 3 anos, 2009/2010 foram os anos atípicos de maior renovação de registros, como o deverão ser os biênios de 2012/2013, por exemplo.
- Em 2010 tivemos um grande aumento na quantidade de aquisição de armas novas em virtude de a população estar se conscientizando que o Estatuto do Desarmamento permite a posse legal de armas na casa ou no estabelecimento comercial do cidadão. Lembrando que é atribuição da Delearm esclarecer a população e a qualquer interessado acerca das normas e procedimentos que envolvem a posse e o porte de armas e munições, o que temos feito;
- O deferimento do porte continua sendo a exceção e tem quase sua totalidade restrita a servidores público que atuam/atuaram na segurança pública (como Agentes Penitenciários e Policiais aposentados, etc.) além de outras raras exceções.

As principais dificuldades encontradas são atinentes a pessoal. Estamos limitados a apenas um Policial Federal no Sinarm, auxiliado por uma Adm. e um estagiário. Lembrando que a Administrativa e o estagiário não podem manusear armas. Também não possuímos Núcleo Operacional próprio.

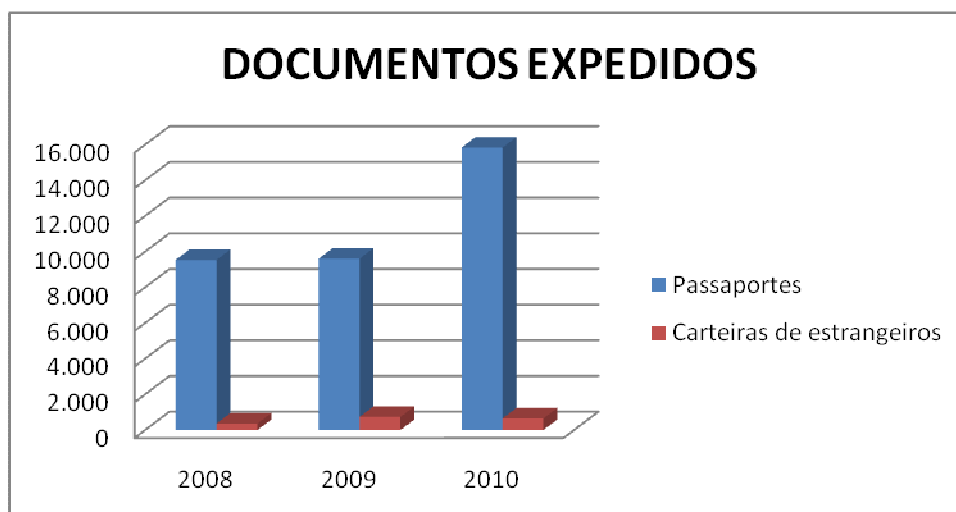
Além disso, a demanda de trabalho de cunho administrativo cumulado com a demanda de inquéritos presididos pelo chefe da DELEARM provocam uma sobrecarga de trabalho que impede o estabelecimento de um trabalho de inteligência ou mesmo analítico, permitindo, tão somente, que se atue na demanda que surge.

2.2.2.3. Análise do desempenho da Delegacia Regional Executiva

2.2.2.3.1. Análise do desempenho da Delegacia de Polícia de Imigração

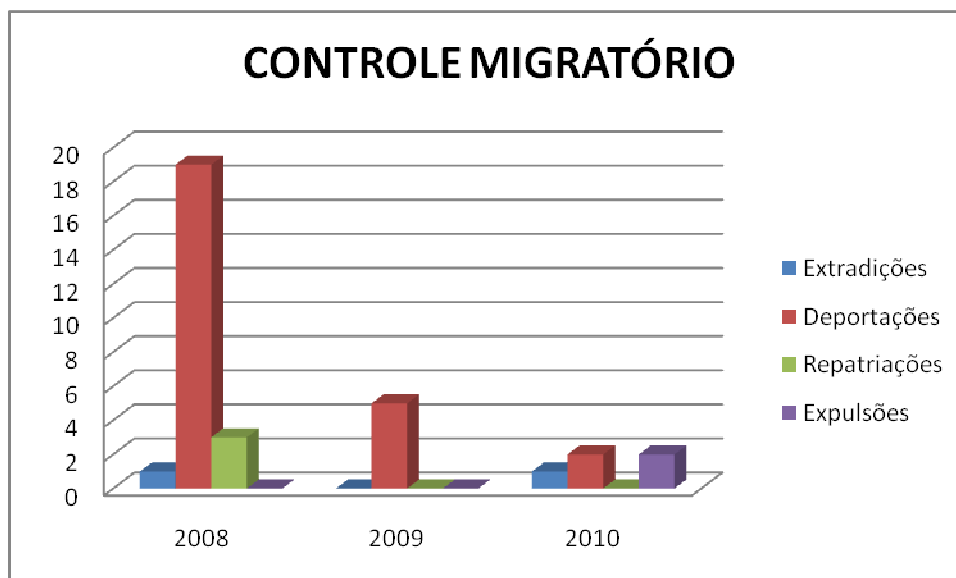
QUADRO 2.2.2.3.1 – A) EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTE E CARTEIRAS DE ESTRANGEIROS

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Passaportes expedidos	9.541	9.610	15.839
Carteiras de estrangeiros	366	737	654



QUADRO 2.2.2.3.1 – B) CONTROLE MIGRATÓRIO

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Extradições	01	00	01
Deportações	19	05	02
Repatriações	03	00	00
Expulsões	00	00	02



Com relação à expedição de passaportes, ressalta-se o incremento da quantidade emitida, decorrente de diversos fatores, dentre os quais destacam-se:

- a reformulação do processo de solicitação, emissão e controle do passaporte nesta regional em meados de 2009, o que o tornou mais célere e seguro;
- a terceirização do atendimento, fortalecendo o quadro de pessoal;
- a desvalorização das moedas estrangeiras e a melhoria do poder econômico da população brasileira, que passou a viajar mais para o exterior, aumentando a demanda por documentos de viagem.

De todo oportuno, cumpre esclarecer que a emissão de carteiras de estrangeiro foi prejudicada pela escassez de pessoal. Como não há policiais suficientes no Núcleo de Operações da Delemig, os quais são necessários para o cumprimento das diligências legais, não foi possível concluir diversos processos de pedidos de permanência de estrangeiros relativos aos anos de 2009 e 2010. Para sanar este problema, entende-se necessário lotar mais dois policiais no Núcleo de Operações da Delemig.

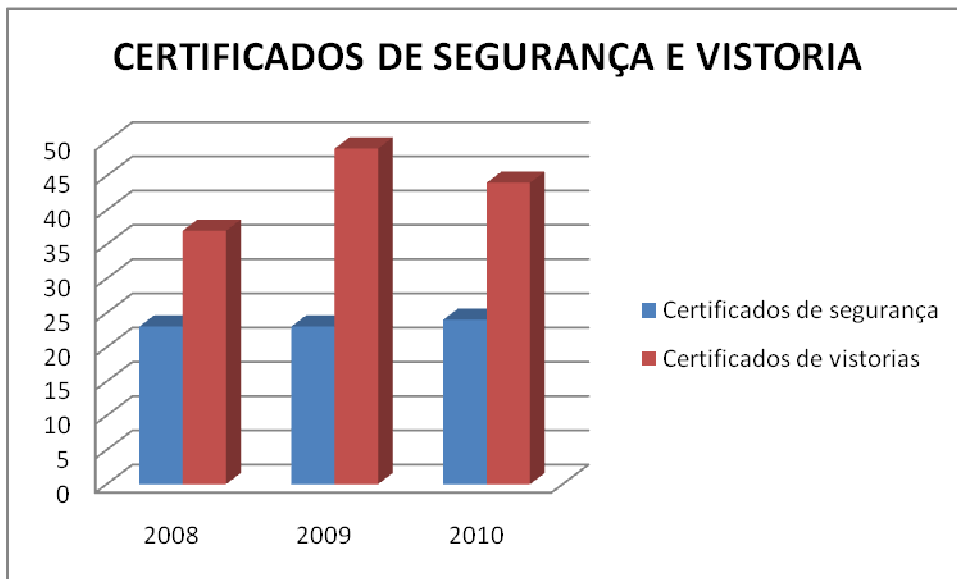
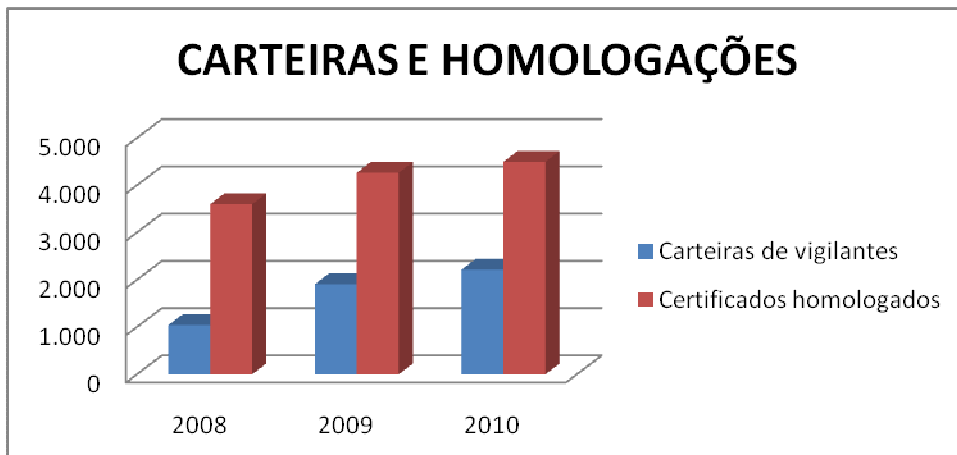
No que pertine o controle migratório, salienta-se que suas medidas, excetuando-se o instituto da deportação, independem da iniciativa do DPF. A extradição ocorre mediante provocação do país interessado e compete ao Ministro da Justiça instaurar ex officio ou mediante solicitação de outra autoridade administrativa o processo de expulsão do estrangeiro. Dessa forma, os dados não refletem uma diminuição proposital das atividades desta Delegacia.

Finalmente, resta informar que a Lei nº 11.961/09 anistiou os estrangeiros que se encontravam em situação irregular no país, provocando uma diminuição no quantitativo de estrangeiros passíveis de serem alcançados por tal medida.

2.2.2.3.2. Análise do desempenho da Delegacia de Controle de Segurança Privada

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	1.041	1.911	2.216
Certificados homologados das Escolas por ano	3.601	4.268	4.499

Certificados de segurança expedidos	23	23	24
Certificados de vistoria expedidos	37	49	44
Portarias bancárias expedidas	185	188	205
Vistorias realizadas por ano	226	270	275
Autos de constatação e notificação de infração (ACIN)	125	238	88





Foram vistoriados, fiscalizados e notificados os estabelecimentos financeiros, sediados nesta Capital e no interior do Estado, a partir de seus respectivos Planos de Segurança, os quais foram enviados a esta Delegacia. Estes procedimentos visaram constatar se as dependências dos respectivos estabelecimentos financeiros eram dotadas de esquema estratégico de segurança preventiva adequada às peculiaridades dos usuários, capazes de garantir a incolumidade de funcionários e clientes, bem como a proteção do patrimônio. Visaram, também, verificar se os Planos de Segurança estabelecem a necessidade, a quantidade e o posicionamento de equipamentos de segurança, bem como de vigilância armada que deverá ser habilitada e treinada para inibir ações delituosas, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 7.102/83, de 20/06/83, Decreto nº 89.056/83, de 24/11/83, Portaria nº 387/06, de 28/08/06 e demais normas em vigor.

Foram realizadas: fiscalizações, vistorias, inspeções, notificações, pareceres, auto de constatação de infração, registro de diplomas de vigilantes (Formação, Extensão e Reciclagem), confecção de Carteiras Nacional de Vigilantes, relatórios das empresas especializadas em vigilância privada, em transporte de valores, em escolas de formação, empresas orgânicas de vigilância, instituições financeiras e em empresas clandestinas.

As empresas de Segurança Privada foram fiscalizadas, com o objetivo de constatar se dispõem de recursos humanos e financeiros, e se as suas instalações são adequadas às atividades para as quais foram autorizadas a exercer, tudo em conformidade com a Portaria nº 387/06-DG/DPF, de 28/08/06 e demais legislações.

Em relação às empresas clandestinas, esta Delegacia vem desenvolvendo um trabalho incessante no sentido de coibir a atuação dessas atividades ilegais, encontrando como dificuldade o seu pequeno efetivo, já que a fiscalização/vistoria das instituições financeiras e de empresas regulares absolve a quase totalidade dos recursos disponíveis (humanos e materiais).

2.2.2.4. Índices da área de periciais e identificação criminal

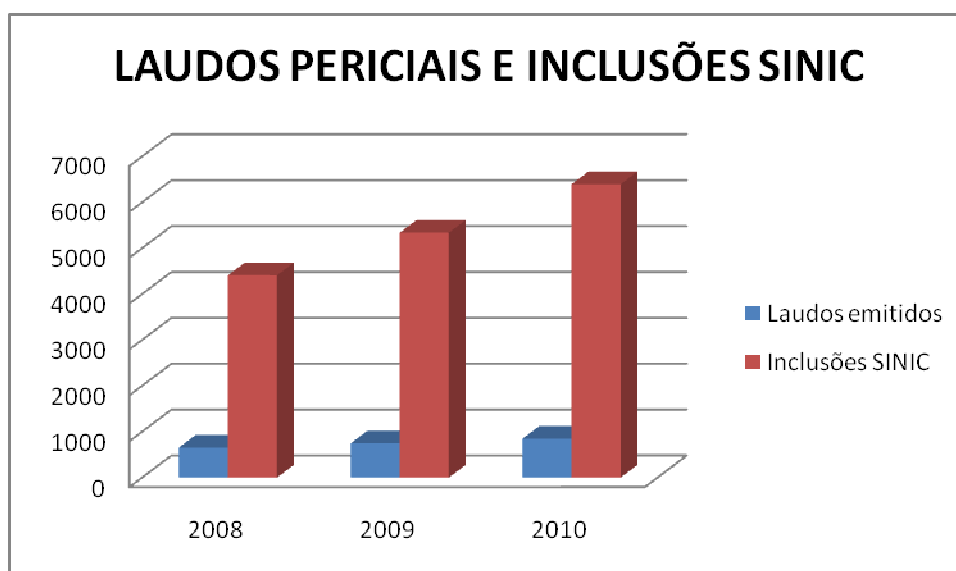
2.2.2.4.1. Laudos emitidos

TIPO DE PERÍCIA	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Perícias de Informática	159	163	192
Perícias Documentoscópicas	154	220	196
Perícias de Laboratório (Química Forense)	116	98	90
Perícias de Veículos	56	27	58
Perícias de Audiovisuais e Eletroeletrônicos	43	68	25
Perícias de Local de Crime	36	47	41

Perícias Contábeis e Econômicas	23	18	50
Perícias de Balística Forense	21	43	42
Perícias Merceológicas	18	27	45
Perícias Papiloscópicas	11	13	37
Perícias de Meio Ambiente	10	10	33
Perícias de Engenharia	7	13	20
Perícias de Biometria Forense	01	00	01
Perícias Eletroeletrônicas	00	00	18
TOTAL	655	747	848

2.2.2.4.2. Inclusões no Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Prontuários de Identificação Criminal – PIC	2.523	2.900	3.381
Boletim de Decisão Judicial – BDJ	421	972	1.287
Boletim de Distribuição Judicial – BDI	1.466	1.468	1.727
TOTAL	4.410	5.340	6.395



Os números apresentados nos anos de 2008, 2009 e 2010 demonstram um acréscimo constante na emissão de laudos. Considerando que 90% dos laudos são solicitações de Autoridades Policiais para instrução de Inquéritos Policiais e os demais 10% para atender solicitações de outros órgãos, em sua maioria do TRE, conclui-se que houve aumento na demanda dos Inquéritos Policiais nesta Regional.

A elevação do quantitativo de laudos periciais realizados no Estado se deve, entre outros fatores, às ações desenvolvidas pelo SETEC no ano de 2010, conforme demonstrativo abaixo.

AÇÕES DESENVOLVIDAS	EFEITOS POSITIVOS	EFEITOS NEGATIVOS
- Acompanhamento permanente das metas definidas pelo INC com relação a produção de laudos.	- Aumento no número de laudos elaborados com relação aos exercícios anteriores. - Diminuição do tempo de permanência das pendências no setor.	- Menor tempo disponível aos peritos para estudos e desenvolvimentos de trabalhos científicos.
- Elaboração de triagem prévia das demandas encaminhadas ao setor, observando-se o seu real objetivo e a necessidade de solicitação de material adicional e indispensável para a realização dos exames.	- Maior rapidez no efetivo atendimento das demandas. - Diminuição do tempo de permanência das pendências no setor. - Aumento no número de laudos elaborados.	
- Melhor distribuição das demandas entre os peritos, observando-se áreas de ação e afinidades do profissional.	- Maior rapidez na produção dos laudos demandados - Maior número de laudos elaborados..	
- Melhor redistribuição das demandas entre os peritos.	- Maior rapidez na produção dos laudos demandados. - Maior número de laudos elaborados.	
- Coordenar a vinda de peritos de outras descentralizadas para elaboração de laudos pendentes.	- Diminuição das pendências mais antigas nas áreas de contabilidade, engenharia e informática. - Maior número de laudos elaborados.	
- Melhor estruturação da secretaria, arquivo e almoxarifado do setor.	- Melhor fruição dos documentos e materiais encaminhados ao setor. - Maior controle e gerenciamento dos documentos que circulam no setor.	
- Melhor estruturação e adaptação dos depósitos de materiais a serem examinados ou periciados.	- Maior controle e gerenciamento dos materiais sob a guarda do setor.	
- Alteração do horário de atendimento do setor. (horário corrido)	- Maior tempo de funcionamento do setor (07:00 às 19:00 horas) - Aumento do número de laudos e informações produzidos. - Maior rapidez no atendimento das demandas.	- Mais dificuldades para a realização de reuniões, encontros e decisões com todos os peritos.

Inclusão de indiciados no SINIC por Inquéritos do DPF.	<p>Incremento do número de indivíduos no Sistema AFIS.</p> <p>Aumento da precisão na identificação de indivíduos envolvidos em atividades criminosas.</p>	
Inclusão de acusados em processos da Justiça Comum estadual no SINIC.	<p>Incremento do número de indivíduos no Sistema AFIS.</p> <p>Visibilidade e reconhecimento de outras instituições públicas em relação ao trabalho desenvolvido pelo DPF.</p>	Realização de atividade sem a devida competência legal.
Identificação de Estrangeiros na DELEMIG.	<p>Incremento do número de indivíduos no Sistema AFIS.</p> <p>Aumento da precisão na identificação de estrangeiros, evitando o ingresso/permanência de indivíduos procurados pela justiça no País.</p>	
Identificação de Vigilantes (CNV).	<p>Incremento do número de indivíduos no Sistema AFIS.</p> <p>Aumento da precisão na identificação de vigilantes.</p>	
Alteração do horário de atendimento do NID.	<p>Maior tempo de funcionamento do setor, com maior disponibilidade de atendimento à população.</p> <p>Maior produtividade e motivação dos servidores.</p>	
Solicitação de servidores para compor o NID;	Melhora no atendimento em geral;	
Fornecimento de servidores	Integração e aprendizado sobre	

para missões policiais em outras unidades da federação;	os métodos de trabalho realizados em outras unidades; Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no NID;	
Incremento no número de Laudos por Falsidade Ideológica no Sistema AFIS;	Utilização de todas as funcionalidades do Equipamento;	
Realização de Representações Faciais Humanas para ajudar em diligências policiais;	Na falta de informações sobre a identidade do criminoso ajuda a diminuir os suspeitos;	Poucas solicitações por parte das delegacias;

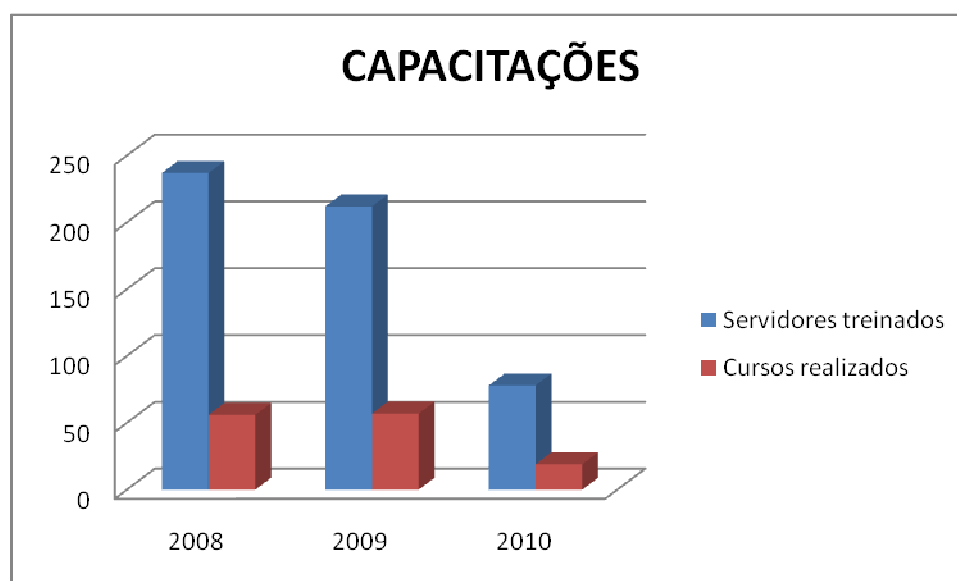
2.2.2.5. Capacitações de servidores

PLANO DE CAPACITAÇÃO (CURSOS, SEMINÁRIOS E PALESTRAS) SR/RN 2010			
	CURSO/TREINAMENTO SEMINÁRIO	SERVIDORES	LOCAL
1	Seminário Internacional: "IN nº 02/08 com recentes alterações da IN 03/09 e da IN 04/09 – Repercussões terc. de serviços	01	Brasília
2	IX Seminário Nacional de Documentoscopia; III Seminário Nacional de Perícia Contábil "	01	Goiania/GO
3	Palestra ABIN	54	Natal/RN
4	Cooperação no âmbito da proteção da moeda contra a contrafação	01	Brasília
5	II Curso de Reconhec. Facial	01	Brasília
6	Capacitação e Trein. no Combate à Corr. e Lavagem de Dinheiro	01	Brasília
7	II Curso de Medidas em Sistemas de Telecomunicação e	01	Brasília

	Telemática		
8	IV Curso de Administração Financeira, Contábil e Orç. de Forma Integrada à Adm. Pública	02	Brasília
9	Curso de Utilização do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais (AFIS)	02	Brasília
10	VII Curso de Formação de Inst. de Armamento e Tiro na ANP	01	Brasília
11	Curso de atualização em perícias papiloscópicas	01	Brasília
12	Curso para Fiscal de Contratos	02	Brasília
13	Curso de boas praticas em infra vermelho	01	Brasília
14	II Curso de Gestão de Pornografia infantil pela Internet	02	Brasília
15	Encontro Nacional de Invest. de Fraudes Bancárias Eletrônicas	01	Brasília
16	Curso de Técnicas de Gestão de Fontes Humanas	01	Brasília
17	Curso de Análise Pericial sobre Contratos Admin., Licitações Públicas e Convênios Federais	02	Brasília
18	Curso de SICRO3	01	Brasília
19	Curso para capacitação Grupo Técnico de Edificação da SR/RN	02	Brasília
TOTAL		78	

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	QUANTIDADE		
	2008	2009	2010
Servidores Treinados	237	212	78

Cursos Realizados	56	57	19
-------------------	----	----	----



No comparativo anual dos treinamentos realizados, observa-se uma queda significativa nas atividades de capacitação com relação aos anos anteriores, queda essa que se deu em razão do corte no orçamento por parte do Governo Federal, ocasionando uma drástica redução na verba para cursos de capacitação nas Regionais, o que ocasionou diversos indeferimentos de cursos por parte da Administração Geral.

A Administração Geral do DPF e a Regional, pretendem realizar diversos cursos e treinamentos durante o ano de 2011, conforme cronograma anunciado no final do ano de 2010. Entretanto, a concretização dos cursos depende do orçamento federal.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro			Responsável: Marcelo Mosele			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há indicadores	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: Sigplan

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A Superintendência Regional no Rio Grande do Norte executou recursos da Ação 8979 (Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal), referente ao serviço de retubagem ou retífica de um compressor do sistema de ar condicionado central do prédio sede da SR/DPF/RN.

QUADRO A.2.1.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: Não definido				Responsável: Marcelo Mosele		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	2.033.095,34	2.028.832,16	4.263,18	2.028.832,16	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	72,00	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do Sigplan.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	147% ²
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do Sigplan.						

Fonte: Departamento de Polícia Federal e Sigplan

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² Índice referente à SR/DPF/RN.

A Superintendência Regional no Rio Grande do Norte executou recursos deste Programa em 4 ações, conforme discriminado no quadro abaixo:

Código	Nome da Ação	Valores Pagos (em R\$ 1,00)
---------------	---------------------	--

2679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comercio de Precursores Químicos	34.544,00
2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	59.902,00
2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União	1.916.564,00
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	17.821,00

Quanto à execução da Ação 2679, os gastos referem-se a pagamento de diárias para custear as operações relativas à fiscalização de precursores químicos.

Quanto à execução da Ação 2720, predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Quanto à execução da Ação 2726, em sua quase totalidade refere-se a pagamento das diárias para realização das diversas operações policiais da Polícia Federal. Do montante total constante da tabela acima, cerca de R\$80mil referem-se a utilização Suprimento de Fundos.

Quanto à execução da Ação 4572, os valores executados referem-se a pagamentos de diversos cursos de interesse da Instituição e refletem a grande preocupação dos gestores na capacitação dos servidores.

QUADRO A.2.1.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social						
Gerente: Não definido			Responsável: Marcelo Mosele			
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	197.761,80	192.761,80	5.000,00	192.761,80	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

2	<i>Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)</i>	01/10/2006	26,00	12,00	14,00	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
<i>Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000</i>						
Análise do Resultado Alcançado						
<i>Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN.</i>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	<i>Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)</i>	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
<i>Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).</i>						
Análise do Resultado Alcançado						
<i>Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN.</i>						

Fonte: Sigplan

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

n/d – informação não disponibilizada no SIGPLAN

A Superintendência Regional no Rio Grande do Norte executou recursos deste Programa em 2 ações, conforme discriminado no quadro abaixo:

Código	Nome da Ação	Valores Pagos (em R\$ 1,00)
20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	179.761,00
8375	Campanha do Desarmamento	13.000,00

Quanto à execução da Ação 20EV, predominam os gastos com pagamento de diárias aos policiais envolvidos em operações relativas à repressão ao uso de entorpecentes.

Quanto à execução da Ação 8375, o Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, participa da Campanha do Desarmamento, por meio do recebimento de armas de fogo entregues pela população e do pagamento de taxas de devolução de armas.

QUADRO A.2.1.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA: 0087	Denominação: Gestão da Política de Previdência Social			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável				
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social				
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves			Responsável: Marcelo Mosele	
Público Alvo: Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00
Dotação ¹	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>não processados</i>		
<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	3.088,02	3.088,02	0,00	3.088,02	
<i>Informações sobre os resultados alcançados</i>						
<i>Ordem</i>	<i>Indicador (Unidade medida)</i>	<i>Referência</i>			<i>Índice previsto no exercício</i>	<i>Índice atingido no exercício</i>
		<i>Data</i>	<i>Índice inicial</i>	<i>Índice final</i>		
<i>1</i>	<i>Não há indicadores</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>Fórmula de Cálculo do Índice</i>						
<i>n/a</i>						
<i>Análise do Resultado Alcançado</i>						
<i>n/a</i>						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A Superintendência Regional no Rio Grande do Norte executou recursos da Ação 8452 (Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária), referente ao pagamento de diárias e passagens para 2 servidores que participaram de evento de interesse da Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários.

QUADRO A.2.1.5 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

<i>Identificação do Programa de Governo</i>						
<i>Código no PPA: 0089</i>		<i>Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União</i>				
<i>Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</i>						
<i>Objetivo Geral: Não possui</i>						
<i>Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes</i>						
<i>Gerente: Não definido</i>				<i>Responsável: Marcelo Mosele</i>		
<i>Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas</i>						
<i>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</i>						<i>Em R\$</i>
<i>Dotação¹</i>		<i>Despesa Empenhada</i>	<i>Despesa Liquidada</i>	<i>Restos a Pagar não processados</i>	<i>Valores Pagos</i>	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>					
<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	15.239,50	15.239,50		15.239,50	
<i>Informações sobre os resultados alcançados</i>						
<i>Ordem</i>	<i>Indicador (Unidade medida)</i>	<i>Referência</i>			<i>Índice previsto no exercício</i>	<i>Índice atingido no exercício</i>
		<i>Data</i>	<i>Índice inicial</i>	<i>Índice final</i>		
<i>1</i>	<i>Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>
<i>Fórmula de Cálculo do Índice</i>						
<i>Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social</i>						
<i>Análise do Resultado Alcançado</i>						
<i>Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN.</i>						

Fonte: Demonstrativo de Despesas da execução orçamentária da União/STN/MF e Sigplan

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

n/d – informação não disponibilizada no SIGPLAN

A Superintendência Regional no Rio Grande do Norte executou recursos da Ação 0181 (Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis), referentes à concessão de auxílio

funeral por falecimento de servidor inativo, e pagamento de diferença de 28% de salário a pensionista, conforme sentença judicial.

QUADRO A.2.1.6 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: n/d						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Gerente: Não definido			Responsável: Marcelo Mosele			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	5.739.046,41	5.403.979,70	335.066,71	5.403.952,25	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há indicadores	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A Superintendência Regional no Rio Grande do Norte executou recursos deste Programa em 2 ações, por meio de 2 UGs, conforme discriminado no quadro abaixo:

UG	Código	Nome da Ação	Valores Pagos (em R\$ 1,00)
200394	2000	Administração da Unidade	5.389.074,00
	2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	4.291,00
200395	2000	Administração da Unidade	10.586,44

Quanto à execução da Ação 2000 (UG 200395), trata-se de gastos realizados com utilização de suprimentos de fundos de pequeno vulto, relativos a pequenas e esporádicas necessidades da Unidade.

Quanto à execução da Ação 2012, trata-se de auxílio-alimentação e auxílio-transporte pagos, conforme processo instruído pelo chefe do SRH/SR/DPF/RN.

Quanto à execução da Ação 2000 (UG 200394), os gastos referem-se às despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços terceirizados; serviços de energia, água e esgoto; serviços de telefonia; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis; aquisições de material de expediente, dentre outras.

Foram relacionados no quadro abaixo os gastos mais relevantes com o custeio da SR/DPF/RN, nos últimos 4 exercícios financeiros:

ITENS RELEVANTES DE CUSTEIO				
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010
<i>Locação de Mão-de-Obra - Vigilância Ostensiva</i>	754.120,30	907.154,99	964.813,80	863.196,02
<i>Locação de Mão-de-Obra - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional</i>	0,00	0,00	419.440,54	664.904,17
<i>Locação de Mão-de-Obra - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis</i>	352.688,88	351.677,16	354.709,38	488.585,55
<i>Serviços de Energia Elétrica</i>	601.521,31	540.131,47	418.250,44	477.286,29
<i>Serviços de Telecomunicações</i>	598.592,67	531.664,44	401.737,90	434.583,31
<i>Locação de Mão-de-Obra - Limpeza e Conservação</i>	330.003,41	415.482,77	429.707,37	422.432,90
<i>Combustíveis e Lubrificantes Automotivos</i>	292.284,96	247.686,93	278.799,94	323.049,52
<i>Peças para Manutenção de Viaturas</i>	355.799,46	193.355,00	142.648,17	209.263,15
<i>Serviços de Água e Esgoto</i>	87.857,65	87.638,75	86.327,28	102.387,97
<i>Serviço Postal e de Malote</i>	55.260,06	60.281,33	69.448,66	83.150,64
<i>Serviço de Manutenção de Viaturas</i>	139.919,41	106.264,10	54.632,52	79.132,81
TOTAIS	3.568.048,11	3.441.336,94	3.620.516,00	4.147.972,33

2.3.2. Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
6	122	0750	2000	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	122	0750	2012	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	125	0662	2679	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	128	0662	4572	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	181	0662	2726	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	181	1353	8979	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	183	0662	2720	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	422	1453	20EV	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
6	422	1453	8375	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
9	271	0087	8452	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
9	272	0089	0181	OP	4	n/a	n/a	n/a	n/a

Fonte: SIGPLAN e Portal SOF

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

Os campos preenchidos com “NA” (Não se Aplica) significam que esta UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constantes do SIGPLAN referem-se a todo DPF

Os campos preenchidos com “NA” (Não se Aplica) significam que esta UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constantes do SIGPLAN referem-se a todo DPF.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação orçamentária da despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>Departamento de Polícia Federal</i>	30108	200394
<i>Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL</i>	30909	200395

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes
NÃO SE APLICA

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital
NÃO SE APLICA

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas
NÃO SE APLICA

Os quadros 2.4.1.1, 2.4.1.2 e 2.4.1.3 não são aplicáveis a esta Unidade, tendo em vista que a competência para estabelecimento de programação orçamentária das despesas é do órgão central do DPF encarregado pela gestão financeira de toda a Instituição (COF/DLOG).

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R\$ 1,00

<i>Natureza da Movimentação de Crédito</i>		<i>UG concedente ou recebedora</i>	<i>Classificação da ação (Proj/Atv)</i>	<i>Despesas Correntes</i>		
				<i>1 – Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>	<i>3 – Outras Despesas Correntes</i>
<i>Movimentação Interna</i>	<i>Concedidos</i>	n/a	n/a	0,00	0,00	0,00
	<i>Recebidos</i>	200394	0087/8452	0,00	0,00	3.088,02
			0089/0181	15.239,50	0,00	0,00
			0750/2000	474,99	0,00	5.358.768,77
			0750/2012	0,00	0,00	4.291,63
			1453/20EV	0,00	0,00	179.761,80
			1453/8375	0,00	0,00	18.000,00
		200395	0662/2679	0,00	0,00	38.808,00
			0662/2720	0,00	0,00	56.144,21
			0662/2726	0,00	0,00	1.916.564,13
			0662/4572	0,00	0,00	17.821,00
	0750/2000	0,00	0,00	10.586,44		
	<i>Concedidos</i>	n/a	n/a	0,00	0,00	0,00
<i>Recebidos</i>	n/a	n/a	0,00	0,00	0,00	
<i>Natureza da Movimentação de Crédito</i>		<i>UG concedente ou recebedora</i>	<i>Classificação da ação (Proj/Atv)</i>	<i>Despesas de Capital</i>		
				<i>4 – Investimentos</i>	<i>5 – Inversões Financeiras</i>	<i>6 – Amortização da Dívida</i>
<i>Movimentação Interna</i>	<i>Concedidos</i>	n/a	n/a	0,00	0,00	0,00
	<i>Recebidos</i>	200394	0750/2000	364.924,58	0,00	0,00
		200395	0662/2720	3.758,00	0,00	0,00
			1353/8979	15.000,00	0,00	0,00

Movimentação Externa	Concedidos	n/a	n/a	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	n/a	n/a	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/2010

A SR/DPF/RN somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

NÃO SE APLICA

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

NÃO SE APLICA

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

NÃO SE APLICA

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	3.896.639,89	4.493.919,69	3.896.639,89	4.493.919,69
Tomada de Preços	43.120,25	0,00	43.120,25	0,00
Pregão	3.853.519,64	4.493.919,69	3.853.519,64	4.493.919,69
Contratações Diretas	687.972,74	899.508,82	687.972,74	899.508,82
Dispensa	144.443,05	268.888,16	144.443,05	268.888,16
Inexigibilidade	543.529,69	630.620,66	543.529,69	630.620,66
Regime de Execução Especial	111.456,17	143.916,59	111.456,17	143.916,59
Suprimento de Fundos	111.456,17	143.916,59	111.456,17	143.916,59
Pagamento de Pessoal	1.569.595,99	2.222.162,99	1.569.595,99	2.222.162,99
Pagamento em Folha	38.158,08	15.714,49	38.158,08	15.714,49
Diárias	1.531.437,91	2.206.448,50	1.531.437,91	2.206.448,50
Outros	227.587,99	259.437,47	227.587,99	259.437,47
Não aplicável	227.587,99	259.437,47	227.587,99	259.437,47

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	38.158,08	15.714,49	38.158,08	15.714,49	0,00	0,00	38.158,08	15.714,49

08 - Outros Benefícios Assistenciais	36.857,08	3.438,99	36.857,08	3.438,99	0,00	0,00	36.857,08	3.438,99
91 – Sentenças Judiciais	0,00	11.800,51	0,00	11.800,51	0,00	0,00	0,00	11.800,51
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	1.301,00	474,99	1.301,00	474,99	0,00	0,00	1.301,00	474,99
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	6.256.977,75	7.603.834,00	6.092.297,16	7.421.932,11	218.777,31	112.203,15	6.092.297,16	7.421.904,66
37 – Locação de Mão-de-Obra	2.168.671,09	2.439.118,64	2.148.704,24	2.439.118,64	0,00	19.673,76	2.148.704,24	2.439.118,64
14 – Diárias Civil	1.531.437,91	2.206.448,50	1.526.035,77	2.201.598,91	0,00	0,00	1.526.035,77	2.201.598,91
39 - Outros Serviços Terc. Pessoa Jurídica	1.321.071,67	1.444.218,29	1.276.289,51	1.365.886,16	122.090,27	26.318,55	1.276.289,51	1.365.858,71
Demais elementos do grupo	1.235.797,08	1.514.048,57	1.141.267,64	1.415.328,40	96.687,04	66.210,84	1.141.267,64	1.415.328,40

Fonte: SIAFI/2010

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	159.958,87	383.682,58	19.973,72	221.254,58	3.039.693,08	139.160,36	19.973,72	221.254,58
51 - Obras e Instalações	139.985,15	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	139.160,36	0,00	15.000,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	19.973,72	368.682,58	19.973,72	206.254,58	3.039.693,08	0,00	19.973,72	206.254,58
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/2010

Causou impacto significativo na execução orçamentária da Unidade em 2010 o aumento do valor das diárias, de cerca de 100%, ocorrido no 2º semestre de 2009, devendo ser destacado o esforço de otimização feito na Superintendência, resultando em acréscimo de gastos nessa rubrica de apenas 44% no exercício considerado.

Houve aumento de cerca de 12% no valor dos gastos com locação de mão-de-obra, devido principalmente às repactuações dos contratos, bem como pela substituição do contrato de manutenção predial vigente até 2009, por outros dois contratos, em 2010, mais direcionados às necessidades específicas da sede da SR/DPF/RN, tendo em vista a existência de um sistema central de refrigeração, com várias funções automatizadas, que demanda conhecimento técnico especializado da empresa contratada.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, todavia, em função da frustração diante dos resultados apresentados, circunstância que implicou no não pagamento, até o momento, pelos serviços, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui como atribuição:

"II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial".

Dessa forma, no decorrer de 2011, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO SE APLICA

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não houve saldo de restos a pagar de exercícios anteriores na data de 31/12/2010.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

<i>Tipologias dos Cargos</i>	<i>Lotação</i>		<i>Ingressos em 2010</i>	<i>Egressos em 2010</i>
	<i>Autorizada</i>	<i>Efetiva</i>		
1 Provisamento de cargo efetivo	<i>Sem informação</i>	271	16	13
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 <i>Servidor de carreira vinculada ao órgão</i>		271	16	13
1.2.2 <i>Servidor de carreira em exercício descentralizado</i>	1	-		
1.2.3 <i>Servidor de carreira em exercício provisório</i>				
1.2.4 <i>Servidor requisitado de outros órgãos e esferas</i>				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 <i>Cedidos</i>		2	3	1
1.4.2 <i>Removidos</i>				
1.4.3 <i>Licença remunerada</i>				
1.4.4 <i>Licença não remunerada</i>				
2 Provisamento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				

2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		21		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total				

Fonte: SIGEPOL

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	8	111	9	61	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	3		
2.3. Funções gratificadas	1	10	8	2	

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira						230			41
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									

2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções gratificadas						20			1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIGEPOL

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

<i>Regime de proventos / Regime de aposentadoria</i>	<i>Quantitativo de Servidores</i>	<i>Aposentadorias em 2010</i>
1 Integral		
1.1 Voluntária	86	4
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	20	
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	2	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	2	
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

<i>Regime de proventos originário do servidor</i>	<i>Quantitativo de Beneficiários</i>	<i>Pensões concedidas em 2010</i>
1. Integral	15	
2. Proporcional	13	

Fonte: SIAPE

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

<i>Nível de escolaridade</i>	<i>Quantitativo de contratos de estágio vigentes</i>				<i>Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)</i>
	<i>1º Trimestre</i>	<i>2º Trimestre</i>	<i>3º Trimestre</i>	<i>4º Trimestre</i>	
<i>Nível superior</i>	7	7	5	6	33.423,45
<i>Área Fim</i>	3	3	2	2	13.653,59

<i>Área Meio</i>	4	4	3	4	19.769,86
<i>Nível Médio</i>	11	14	14	18	55.660,87
<i>Área Fim</i>	5	7	8	8	26.910,08
<i>Área Meio</i>	6	7	6	10	28.750,79

Fonte:SRH/SR/DPF/RN

5.4. Quadro de custos de Recursos Humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R\$
1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<i>Membros de poder e agentes políticos</i>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</i>								
2008 **	32.735.122,24	128.814,64	2.822.948,70	1.191.055,45	0,00	488.431,19	1.120.796,27	38.487.168,49
2009 **	34.732.327,58	137.493,96	2.911.687,69	1.205.609,51	0,00	629.140,47	892.091,58	40.508.350,79
2010	31.174.205,59	0,00	2.594.499,79	1.049.452,75	0,00	832.843,72	1.339.195,93	36.990.197,78
<i>Servidores com Contratos Temporários</i>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</i>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</i>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>								
2008	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO
2009	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO
2010	919.084,32	74.802,24	82.831,38	48.239,59	0,00	294,00	20.663,96	1.145.915,49
<i>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</i>								
2008	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO
2009	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO
2010	3.794.172,14	66.596,63	329.460,54	128.832,61	0,00	28.165,80	107.747,33	4.454.975,05

Fonte: SIAPE

** Nos exercícios de 2008 e 2009 estão incluídos os valores relativos aos servidores ocupantes de cargos DAS e funções gratificadas no campo "Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão". Apenas no exercício 2010 tais valores encontram-se demonstrados separadamente.

5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Estado do Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 200086/0001						CNPJ: 00.394.494/0036-66							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	016/2009	JMT Serviços e Locação de Mão-de-Obra (07.442.731/0001-36)	01/01/2010	Até 60 meses	23	23					A
2009	V	O	017/2009	Central Segurança de Valores (05.312.066/0001-30)	01/01/2010	Até 60 meses			27	27			A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SELOG/SR/DPF/RN

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Estado do Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 200086/0001						UG/Gestão: 200086/0001							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	009/2009	Hot Line Informática (40.765.240/0001-00)	13/04/2009	Até 60 meses			3	3	1	1	P
2009	2	O	019/2009	Bom Frio Serviços Técnicos (03.151.133/0001-57)	01/01/2010	Até 60 meses			6	6			A
2009	2	O	020/2009	LS Projetos e Serviços (70.315.650/0001-01)	01/01/2010	Até 60 meses	2	2	3	3			A
2009	1	O	007/2009	JMT Serviços e Locação de Mão-de-Obra (07.442.731/0001-36)	23/01/2009	Até 60 meses			10	10			P
2009	1	O	008/2009	Alerta Serviços (04.427.309/0001-13)	02/03/2009	01/03/2010			16	16			E
2010	1	O	005/2010	JMT Serviços e Locação de Mão-de-Obra (07.442.731/0001-36)	02/03/2010	Até 60 meses			16	16			A
2009	1	O	18/2009	Limptec Limpeza e Terceirização (10.583.254/0001-33)	01/01/2010	Até 60 meses			3	3			A

Observação:

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3. Serviços de Copa e Cozinha;

4. *Manutenção e conservação de Bens Móveis;*
5. *Serviços de Brigada de Incêndio;*
6. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;*
7. *Outras.*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SELOG/SR/DPF/RN

QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa			
			SR/DPF/RN	DPF/MOS/RN	NOIP/SR/DPF/RN	Posto DPF/Aeroporto
009/2009	1	4	3	1	0	0
017/2009	8	27	15	8	4	0
019/2009	2	6	6	0	0	0
020/2009	2	5	5	0	0	0
018/2009	1	3	2	1	0	0
016/2009	7	23	19	3	1	0
007/2009	1	10	8	2	0	0
005/2010	1	16	0	0	0	16

LEGENDA

Área:

- | | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Apoio Administrativo Técnico e Operacional;</i> 2. <i>Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;</i> 3. <i>Serviços de Copa e Cozinha;</i> 4. <i>Manutenção e conservação de Bens Móveis;</i> | <ol style="list-style-type: none"> 5. <i>Serviços de Brigada de Incêndio;</i> 6. <i>Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;</i> 7. <i>Higiene e Limpeza;</i> 8. <i>Vigilância Ostensiva;</i> 9. <i>Outras.</i> |
|---|--|

Fonte: SELOG/SR/DPF/RN

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoal informa que a Polícia Federal não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e de criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências serão criados os indicadores gerenciais citados.

6. TRANSFERÊNCIAS
NÃO SE APLICA

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1. Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Ambiente de Controle</i>					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>					X
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>			X		
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>				X	
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>					X
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>				X	
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>				X	
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>				X	
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>				X	
<i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>				X	
<i>Avaliação de Risco</i>					
<i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>					X
<i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>				X	X
<i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>				X	
<i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>				X	
<i>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i>					X
<i>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i>					X
<i>16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.</i>	X				
<i>17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar</i>					X

<i>sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</i>					
18. <i>Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.</i>					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. <i>Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.</i>				X	
20. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.</i>			X		
21. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.</i>			X		
22. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.</i>			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. <i>A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.</i>				X	
24. <i>As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.</i>					X
25. <i>A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.</i>				X	
26. <i>A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.</i>					X
27. <i>A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.</i>					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. <i>O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.</i>			X		
29. <i>O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.</i>			X		
30. <i>O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.</i>			X		
<p><i>Considerações gerais:</i> A Unidade de Controle Interno – UCI/DPF/RN foi instituída por meio da Portaria nº. 2140/2011-DG/DPF, de 10 de março de 2011.</p>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p>					

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Texto abaixo				
<p>Sim, estamos utilizando critérios de sustentabilidade, tanto nas licitações para contratação de serviços quanto para aquisição de bens, tendo por exemplo a contratação do serviço de guincho, o edital para adaptação da sala de contenção, serviços de manutenção veicular com fornecimento de peças, serviço de lavagem de veículos, com fornecimento de materiais, dentre outros, conforme textos abaixo, extraídos dos editais:</p> <p><u>Quanto às condições de participação:</u> “Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998.”</p> <p><u>Quanto à execução dos serviços:</u> “As empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:</p> <ol style="list-style-type: none"> Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.” <p><u>Quanto ao fornecimento de bens:</u> “O fornecimento de peças e materiais deverão seguir, no que for possível, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:</p> <ol style="list-style-type: none"> Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).” 					

2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Texto abaixo				
<p>Texto extraído dos editais de licitação: “Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares”</p>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Texto abaixo				
Foram adquiridos equipamentos de ar condicionado tipo split, que foram instalados na Delegacia de Mossoró, em substituição aos antigos equipamentos tipo janela que lá existiam, proporcionando maior economia de energia.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Texto abaixo				
Foi adquirido papel reciclado					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	texto				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	texto				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Texto abaixo				
Foram efetivadas comunicações na intranet e reuniões com servidores, visando esclarecer medidas de economia de energia, que disciplinaram o funcionamento do sistema de ar condicionado central nos horários de pico e fora do expediente normal da Unidade.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Texto abaixo				
Houve participação da Unidade, envolvendo servidores, no plantio de árvores, em decorrência do Programa Carbono Neutro.					
Considerações Gerais: a Unidade vem trabalhando desde 2008 com ações de sustentabilidade ambiental, tais como: a) coleta seletiva de lixo; b) distribuição de canecas de porcelana a todos os servidores, em substituição ao uso de copo de plástico para beber água; c) plantio de árvores para neutralização das emissões de carbono da SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN, integrante do programa CARBONO NEUTRO; d) preferência na aquisição de papel reciclado; e) descarte de cartuchos de impressora usados como doação a empresas de reciclagem; f) substituição de todos os aparelhos de ar condicionado da DPF/MOS/RN, que eram do tipo janela, já antigos e obsoletos, por novos e com					

maior eficiência térmica, do tipo split, gerando significativa economia de energia elétrica.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio Grande do Norte	2	3
	<i>Natal</i>	1	1
	<i>Mossoró</i>	1	2
Subtotal Brasil		2	3
Total		2	3

Fonte: SELOG/SR/DPF/RN

QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio Grande do Norte	0	1
	<i>Mossoró</i>	0	1
Subtotal Brasil		0	1
Total (Brasil + Exterior)		0	1

Fonte: SELOG/SR/DPF/RN

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

<i>UG</i>	<i>RIP</i>	<i>Regime</i>	<i>Estado de Conservação</i>	<i>Valor do Imóvel</i>			<i>Despesa com Manutenção no exercício</i>	
				<i>Valor Histórico</i>	<i>Data da Avaliação</i>	<i>Valor Reavaliado</i>	<i>Imóvel</i>	<i>Instalações</i>
<i>200086</i>	<i>176100348.500-7</i>	<i>13</i>	<i>Novo</i>	<i>n/d</i>	<i>22/01/2008</i>	<i>19.647.184,93</i>	<i>0,00</i>	<i>653.157,39</i>
<i>200086</i>	<i>175900058.500-9</i>	<i>13</i>	<i>Regular</i>	<i>n/d</i>	<i>22/01/2008</i>	<i>149.049,27</i>	<i>0,00</i>	<i>22.489,25</i>
<i>200086</i>	<i>175900095.500-0</i>	<i>13</i>	<i>(Terreno)</i>	<i>n/d</i>	<i>08/09/2010</i>	<i>24.373,13</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Total</i>							<i>0,00</i>	<i>675.646,64</i>

Fonte: SPIUNET e SIAFI

9.2. Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Durante o exercício de 2010, a Unidade intensificou a busca por uma solução aos recorrentes problemas de inundação sofridos pela Delegacia de Mossoró. A cada inundação da Delegacia (normalmente ocorriam duas por ano, na época das chuvas), a Polícia Federal desdobrava-se com os meios disponíveis para realizar manutenções e reparos não previstos no orçamento, causando elevação dos gastos públicos diante dos prejuízos gerados.

É importante frisar também que as instalações antigas da DPF/MOS/RN já não suportavam o aumento de efetivo que vinha sendo implementado nos últimos anos, necessitando urgentemente de ampliação de espaço interno.

A Administração tentou a resolução desse problema de diversas formas. Em visitas à Prefeitura de Mossoró, solicitando a realização das obras, foram obtidas apenas promessas, sem que o problema fosse efetivamente resolvido.

Após a constatação de que o problema da inundação na DPF/MOS/RN não seria resolvido no curto prazo, e levando em conta também o problema da falta de espaço físico, foram desdobradas ações em duas frentes: pesquisa por outro imóvel com instalações adequadas às necessidades da Delegacia para locação (solução de curto prazo) e gestões junto ao Patrimônio da União e outros órgãos públicos visando a obtenção de terreno para construção da futura sede (solução de médio/longo prazo).

Tais esforços concretizaram-se ao longo do exercício de 2010, sendo assinados o contrato de locação para nova sede em 31/08/2010 e o Termo de Entrega do terreno em 24/09/2010. Ao final do ano de 2010, estava em andamento a transição de instalações, motivo pelo qual a Polícia Federal estava ainda na posse do imóvel da antiga sede daquela delegacia.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 - GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					08
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			

9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	44%*			
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X
<p>Considerações Gerais: No DPF, a área de TI é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de direção geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infraestrutura de TI (equipamentos e intranet) e pelo atendimento aos usuários da região. Isto posto, cumpre informar que NTI está subordinado administrativamente ao Superintendente e tecnicamente à Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI/GAB/DPF.</p> <p>O NTI/SR/DPF/RN absorve todas as competências relacionadas às atividades de informática e telecomunicações (telefonia e radiocomunicação) e tem a finalidade de levar à prática as atividades de gestão, implantação, funcionamento e manutenção das redes, sistemas e equipamentos de informática, telefonia e radiocomunicação das unidades do DPF no Estado do Rio Grande do Norte;</p> <p>O Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal possui cinco cargos relativos à área de Tecnologia de Informação: Engenheiro de Telecomunicações, Agente de Telecomunicações e Eletricidade, Analista de Sistemas, Programador e Operador de Computador. O NTI/SR/DPF/RN conta com 3 Policiais Federais, 2 Agentes de Telecomunicações e Eletricidades e 3 técnicos terceirizados. Finalmente, a gestão de contratos é desenvolvida pelo SELOG/SR/DPF/RN, enquanto o NTI fornece os fiscais dos contratos de TI.</p>				
<p><u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>				
*relativo à participação de colaboradores terceirizados, pois não há tercerização de bens.				

11. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

11.1. *Deliberações do TCU atendidas no exercício*

NÃO HOUVE

11.2. *Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício*

NÃO HOUVE

11.3. *Recomendações do OCI atendidas no exercício*

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte			1155
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
1	217502	3.1.1.2	Ofício 38578/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 26/11/2010
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte			1155
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
Dar provimento às recomendações do Tribunal de Contas da União constantes do Acórdão nº 1.747/2003-1ª Câmara, referente a procedimento licitatório de obra do DPF, uma vez tratar-se de caso similar ao da construção da SR/RN, com exigências editalícias de mesmo teor, posto que, à época, o DPF utilizava editais padronizados para contratação de obras. A recomendação está a seguir transcrita: “quando da elaboração de editais de licitação, observe (...) o disposto no art. 31 da Lei 8.666/1993, no tocante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira”.			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
Setor de Administração e Logística Policial - SELOG-RN			23081
<i>Síntese da providência adotada:</i>			
Dar ciência da recomendação ao chefe do setor, bem como aos membros da Comissão Permanente de Licitação, para adoção das medidas necessárias, quando da elaboração de editais de licitações. Da mesma forma, houve o encaminhamento, para conhecimento e providências, à Diretoria de Administração e Logística Policial, órgão da sede do DPF, responsável pelos processos de licitação em nível nacional.			
<i>Síntese dos resultados obtidos</i>			
Cumprimento efetivo da recomendação.			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			
Cumprir esclarecer que o processo de contratação, objeto da auditoria, foi efetivado no ano de 2002, na sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, enquanto que o RA mencionado foi encaminhado a esta Superintendência no Estado do Rio Grande do Norte. Passados vários anos, os editais elaborados no DPF vêm sendo aperfeiçoados, bem como também os pareceres da Consultoria Jurídica da União (AGU), de modo que atualmente todas as exigências editalícias cumprem rigorosamente o contido na lei 8666/93.			

11.4. *Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*

**QUADRO A.15.4 -SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM
PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa:</i>			<i>Código SIORG</i>
<i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte</i>			<i>1155</i>
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
<i>1</i>	<i>217503</i>	<i>3.1.1.1</i>	<i>Ofício 38578/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 26/11/2010</i>
<i>Órgão/entidade objeto da recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
<i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte</i>			<i>1155</i>
<i>Descrição da Recomendação:</i>			
<i>Efetuar um comparativo dos preços em todos os itens das planilhas de custos unitários relativos à obra de construção da sede da SR/RN, a fim de apurar o sobrepreço, promovendo ressarcimento em se confirmando o fato apontado.</i>			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor responsável pela implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
<i>Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG</i>			<i>75394</i>
<i>Justificativa para o seu não cumprimento:</i>			
<i>O RA recebido foi encaminhado à DLOG, que está tratando do assunto diretamente junto ao TCU em Brasília/DF, uma vez que uma outra Superintendência da Polícia Federal (no Espírito Santo) foi construída na mesma época, havendo recomendação de auditoria semelhante, relativamente ao processo de contratação respectivo.</i>			
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>			
<i>Esta Superintendência aguarda desfecho das gestões executadas pela DLOG, e conseqüentes orientações a serem emanadas por aquela Diretoria.</i>			

12. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010
NÃO SE APLICA

ANEXOS

I – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte		200086	
<p><i>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</i></p> <p><i>No que tange, especificamente, às atribuições da Gestão de Contratos, os dados são lançados e atualizados, tanto no SIASG, quanto no SIPAC, à medida que novos contratos são firmados, prorrogados, e/ou apostilados. Esta atividade exige um acompanhamento quase que diário, vez que ocorrem alterações na demandas.</i></p> <p><i>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</i></p> <p><i>Por fim, cabe esclarecer que os termos de convênio existentes nesta Regional não implicam em repasses financeiros.</i></p> <p><i>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</i></p>			
Local	Natal/RN	Data	31 de março de 2011
Responsável	<i>Gilmaria Vicente de Oliveira</i>	Matrícula nº	SIAPE 1045165 e DPF8829

Gilmaria Vicente de Oliveira
Assistente Administrativa
Matrícula 8829

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Declaro para os devidos fins que o SRH/SR/DPF/RN, por intermédio de comunicação interna (mensagem *intranet*), orientou os servidores sobre a necessidade da entrega da declaração de bens ou do formulário de autorização de acesso, no ano de 2010. Além desse procedimento, a própria Coordenação de Recursos Humanos, por meio da Mensagem Oficial-Circular nº 032/2010, de 27/05/2010, dirigida aos "servidores da Polícia Federal/MJ", orientou quanto a entrega dos referidos documentos, a qual foi executada por 97% do quadro desta SR. Os servidores com a aludida pendência estão sendo comunicados da necessidade de entrega do documento até o próximo dia 4 de abril. Caso a pendência não seja sanada, será emitida notificação pessoal a cada servidor. Se não atendida a notificação, comunicar-se-á o fato à Corregedoria Regional para as providências cabíveis.

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

<i>Código da UG:200395</i>			<i>Limite de Utilização da UG:</i>		
<i>Portador</i>	<i>CPF</i>	<i>Limite Individual</i>	<i>Valor</i>		<i>Total</i>
			<i>Saque</i>	<i>Fatura</i>	
<i>JOSÉ L.P.JÚNIOR</i>	<i>168619008-50</i>	<i>10.800,00</i>	<i>0,00</i>	<i>2.038,29</i>	<i>2.038,29</i>
<i>EMANUEL H.G.PAIVA</i>	<i>916403344-91</i>	<i>4.000,00</i>	<i>0,00</i>	<i>839,12</i>	<i>839,12</i>
<i>CÉSAR M. RÊGO</i>	<i>369990834-87</i>	<i>7.500,00</i>	<i>205,00</i>	<i>4.170,74</i>	<i>4.375,74</i>
<i>FÁBIO M.F DA SILVA</i>	<i>751401014-91</i>	<i>4.000,00</i>	<i>399,50</i>	<i>2.933,79</i>	<i>3.333,29</i>
<i>UG 200395-ESPECIAL</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>16.643,41</i>	<i>63.763,43</i>	<i>80.406,84</i>
<i>UG 200395-VERBA SIGILOSA</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>52.923,31</i>	<i>0,00</i>	<i>52.923,31</i>
<i>Total Utilizado pela UG</i>			<i>70.171,22</i>	<i>73.745,37</i>	<i>143.916,59</i>
<i>Total Utilizado pela UJ</i>			<i>70.171,22</i>	<i>73.745,37</i>	<i>143.916,59</i>

Fonte: SIAFI2010

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

<i>Exercício</i>	<i>Saque</i>		<i>Fatura</i>		<i>Total (a+b)</i>
	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (a)</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (b)</i>	
<i>2008</i>	<i>70</i>	<i>64.063,39</i>	<i>19</i>	<i>6.991,05</i>	<i>71.054,44</i>
<i>2009</i>	<i>104</i>	<i>68.695,81</i>	<i>50</i>	<i>47.116,57</i>	<i>115.812,38</i>
<i>2010</i>	<i>122</i>	<i>70.171,22</i>	<i>36</i>	<i>73.745,37</i>	<i>143.916,59</i>

Fonte: SIAFI/2010

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 NÃO SE APLICA

V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
 SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RN - SR/DPF/RN	200394 - 200395
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8